

MARIA JOSÉ GNATTA DALCUCHE FOLTRAN

A FUNÇÃO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA DAS
SENTENÇAS EXISTENCIAIS OU O QUE
HÁ ANTES E DEPOIS DO EXISTIR

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, área de concentração: Lingüística de Língua Portuguesa, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Cecília Inês Erthal

Co-orientador: Prof. José Borges Neto

CURITIBA

1988

ÀS minhas filhas,
Renata e Fernanda

Escrever é estar no extremo
de si mesmo, e quem está
assim se exercendo nessa
nudez, a mais nua que há,
tem pudor de que outros vejam
o que deve haver de esgar,
de tiques, de gestos falhos,
de pouco espetacular
na torta visão de uma alma
no pleno estertor de criar.

João Cabral de Melo Neto.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Cecília Inês Erthal pela disponibilidade e pela confiança estimuladora que depositou em mim.

Ao Prof. José Borges Neto pelo interesse contínuo, apoio, contribuições e valiosas observações que ampliaram a minha perspectiva a respeito do assunto pesquisado.

Aos professores e colegas do Curso de Mestrado pela orientação, pela eficiência e pelo incentivo, fundamentais para esta tarefa.

Ao Colégio Bagozzi por ter me dispensado de minhas atividades possibilitando, assim, a concretização deste trabalho.

À CAPES pelo auxílio financeiro que viabilizou esta pesquisa.

Finalmente, mas de modo especial, à minha família por compreender o tempo e a atenção que tive que dispensar a esta tarefa.

SUMÁRIO

Resumo	i
Summary	ii
INTRODUÇÃO	01
1. A QUESTÃO DOS EXISTENCIAIS	04
1.1. Noção de Sentença Existencial.....	04
1.1.1. Existenciais como Locativos.....	06
1.1.2. Sentenças Existenciais em Português.....	12
1.2. A Identidade das Sentenças Existenciais em Português.....	14
1.2.1. Um pouco de Diacronia.....	14
1.2.2. Função do SN das Sentenças Existenciais...	21
1.2.3. Sentenças Existenciais como verbo <i>existir</i> .	25
2. AS RESTRIÇÕES DOS SNs DAS SENTENÇAS EXISTENCIAIS.....	31
2.1. Apresentação do problema.....	31
2.2. O Efeito Indefinido em Guéron.....	33
2.3. A Restrição do Definido em Milsark.....	41
2.4. A Restrição em Português.....	56
3. OUTRA PROPOSTA DE ANÁLISE DAS SENTENÇAS EXISTENCIAIS....	58
3.1. Sentenças Existenciais como Sentenças Apresenta- tivas.....	58
3.2. O SN absoluto das Sentenças Existenciais.....	65
3.3. A Função Especial das Sentenças Existenciais.....	70
3.4. A ocorrência de SNs definidos X SNs indefinidos...	76

3.5. Sentenças Existenciais: uma forma de existir no espaço.....	85
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95

RESUMO

O objetivo principal dessa dissertação é tratar das Sentenças Existenciais e dos diferentes problemas que estas estruturas impuseram para todos os tipos de análises a começar pela nossa tradição gramatical.

No capítulo 1 procuraremos estabelecer uma noção de Sentença Existencial numa tentativa de cercar o nosso campo de trabalho. Fazemos, também, um levantamento de algumas peculiaridades referentes a estas estruturas.

O capítulo 2 enfoca algumas análises que se detiveram no estudo das restrições dos SNs das Sentenças Existenciais, tema central deste trabalho. Discutimos a validade destas propostas e concluímos que o problema ultrapassa o limite da sintaxe.

O capítulo 3 reanalisa o problema à luz de uma proposta semântico-pragmática. Procuramos argumentar que as restrições e outras peculiaridades das estruturas em questão podem ser explicadas a partir do entendimento da função comunicativa especial que estas sentenças desempenham na língua.

Concluímos o trabalho com algumas questões que se colocam como problemas para nossa análise e que poderão servir de tema para pesquisas futuras.

SUMMARY

The main aim of this dissertation is to deal with the Existential Sentences focusing on the different problems these structures have presented to various types of analysis starting from those in the framework of traditional grammar.

In chapter 1 we try to clarify the notion of Existential Sentence in an attempt to limit our object of study. We also detect some specific features of these structures.

Chapter 2 focuses on some analyses that have concentrated on the studies of restrictions posed on the NPs of the Existential Sentences, which will be developed as the central theme of the present work. The validity of those proposals are discussed and the conclusion drawn from it is that the resolution of the problem lies beyond the limits of syntactic studies.

Chapter 3 reanalyses the problem in the light of a semantic-pragmatic approach.

We try to argue that the restrictions and other specificities of the structures under analysis can be explained from the starting point of the understanding of the special communicative function that these sentences perform in Language.

Finally we raise some questions that still present problems to our analyses, and that could be developed in further research.

INTRODUÇÃO

Nosso interesse pelas sentenças existenciais surgiu a partir da leitura do trabalho de Eunice PONTES ^{28*} As peculiaridades que percebemos cercar estas sentenças nos levaram em busca de uma bibliografia para aprofundar o assunto. Percebemos, logo de início, que o assunto era complexo por envolver verbos de caráter altamente idiossincráticos. No entanto, a ausência de estudos efetivos destas sentenças em português nos mostraram a necessidade de encarar as dificuldades e ir adiante.

O primeiro impasse surgiu na ocasião da escolha de um modelo teórico adequado para que através dele pudessemos explicar as características sintáticas e semânticas destas sentenças. O aprofundamento do assunto nos levou, porém, a um grande número de problemas. Percebemos a necessidade de delimitar a pesquisa e nos fixarmos em um ponto determinado. Escolhemos como questão central as implicações, a natureza e as restrições do sintagma nominal (SN daqui em diante) em tais estruturas. As análises de GUÉRON,¹⁴ MILSARK,²⁴ STOWELL³⁷ e WILLIANS⁴⁰ nos abriram perspectivas de um tratamento sintático-semântico norteado pelos princípios da Gramática Gerativa. A intuição, no entanto, de que o problema escolhido como alvo da pesquisa ultrapassava os limites da sintaxe, fez com que fôssemos em busca de um novo caminho. O tra-

* A numeração indica referências bibliográficas. As notas são indicadas com asteriscos.

balho de REULAND³⁰ surgiu assim como possibilidade de reinterpretar os dados a partir de uma visão semântico-pragmática. Não queremos, com isso, afastar a importância de uma abordagem sintática das sentenças existenciais (SEs daqui em diante). Acha-mos, inclusive, que ela se faz imperativa e urgente. Temos, no entanto, a certeza de que uma análise sintática eficiente destas estruturas precisará dar conta de questões que serão levantadas no decorrer deste trabalho. Neste sentido, esta pesquisa poderá servir como pano de fundo para este tipo de análise.

Ao delimitarmos o nosso campo de estudo às restrições dos SNs das SEs, vimos a necessidade de expor outras questões, além desta, que nos permitiriam visualizar melhor qual a natureza destas sentenças e que problemas elas colocam para diferentes tipos de abordagem. Com esta finalidade estruturamos o capítulo 1.

O capítulo 2 discute o trabalho de GUÉRON¹⁴ e MILSARK.²⁴ Colocamos em evidência estas análises por terem elas focado justamente o que delimitamos como tema central desta pesquisa: as restrições do SN das SEs tratadas como **Efeito Indefinido** por GUÉRON e **Restrição do Definido** por MILSARK. Mostramos as dificuldades em aceitar tais análises com base em considerações teóricas e empíricas.

No capítulo 3 optamos por uma perspectiva semântico-pragmática com base no trabalho de REULAND.³⁰ Pudemos, assim, explicar as restrições tema desta dissertação ao entender a função comunicativa das SEs. O mais surpreendente é que este fato, por sua vez, nos permitiu explicar muitas questões colocadas no capítulo 1 que, inicialmente, iam figurar apenas como generalidades sobre o assunto e, desta forma, o problema das restrições

do SN parece ter se diluído frente aos outros dados, que esta abordagem nos permitiu esclarecer. Assim, quando pensávamos que a conclusão sobre as restrições dos SNs era o nosso ponto de chegada, ela se mostra, de repente, como ponto de partida para reinterpretar outras questões fundamentais sobre as estruturas em questão. Fomos buscar em GIVÓN¹² noções que nos auxiliaram a compreender o que restava.

Nosso trabalho se fecha resumindo as conclusões mais importantes a que chegamos e ponderando sobre algumas sentenças que se colocam como problemas para nossa análise.

1. A QUESTÃO DOS EXISTENCIAIS

1.1. Noção de Sentença Existencial

As gramáticas tradicionais* não fazem nenhuma referência explícita a verbos existenciais ou sentenças existenciais. O termo *existencial* tem sido explorado em trabalhos lingüísticos mais recentes. Em inglês utiliza-se este termo para se referir às estruturas com *there* de modo geral ou, de modo específico, para se referir apenas às sentenças com *there be*. Nesta língua, há por vezes uma distinção entre estruturas existenciais (*there be*) e estruturas apresentativas (*there* + verbo diferente de *be*). Em francês, o assunto refere às sentenças com *il y a*.

À primeira vista, estas sentenças teriam como finalidade asseverar a existência de uma entidade. Esta entidade aparece sob a forma de um SN que segue o verbo. O fato (afirmação da existência de um SN) deve ser localizado. Em diversas línguas, além do circunstancial locativo, um elemento locativo (como *there* no inglês, *y* no francês, etc.) é parte integrante da estrutura existencial. Estes elementos foram na origem um advérbio locativo, mais particularmente um dêitico.

A presença deste elemento dêitico nas SEs deu origem a uma série de estudos que procuraram dar conta da relação entre as SEs e os locativos. LYONS¹⁹ apresenta a hipótese de que em muitas

* Gramáticas consultadas: CARNEIRO RIBEIRO,⁶ CUNHA,¹⁰ PEREIRA,²⁷ SAID ALI,³³ ROCHA LIMA.³¹

ou talvez em todas as línguas, as construções existencial e possessiva derivam sincronicamente e diacronicamente de locativos. Esta hipótese repousa na assunção de que a cópula é um elemento puramente gramatical, portador de distinções de tempo, modo e aspecto na estrutura de superfície de certas classes de sentenças estativas. Divide, assim, em três classes as sentenças:

- (1) Existencial: Lions exist, There are lions (in Africa);
- (2) Locativa: a. The book is on the table,
b. There is a book on the table;
- (3) Possessiva: a. The book is John's,
b. John has a book.

Postulando que estas sentenças se relacionam transformacionalmente em muitas línguas, LYONS observa:

There is no need to stress the connection between existential and locative sentences. The occurrence of an originally deictic particle in existential sentences in many European languages (Eng. *there*, Fr. *y*, Ital. *ci*, etc; and cf. Ger. *dasein*) testifies to the diachronic development. The English sentence above, (2b), which has been classified as locative, might also be described as existential. In fact, the "existential" *be*-copula does not normally occur in English without a locative or temporal complement; and it might appear reasonable to say that all existential sentences are at least implicitly locative (the term "locative" being taken to include both temporal and spatial reference). (LYONS, p.390).¹⁹

Observa também que nas SES a expressão locativa seria um adjunto* enquanto na oração que ele classifica como locativa, esta expressão seria um complemento. No entanto, a distinção entre sentenças locativas e existenciais não é simples pois, do

* i.e., sintaticamente descartável.

ponto de vista da análise semântica, estas podem ser consideradas implicitamente locativas. "Para ser devidamente interpretada, a afirmação de que alguma coisa 'existe' ou 'existiu' requer complementação com uma expressão locativa, ou temporal".

(LYONS, p. 410).²⁰

Quanto às construções possessivas, LYONS procura provar um paralelismo estrutural entre elas e as construções locativas. A relação entre *the book is John's* e *John's book* seria paralela à relação entre *the book is on the table* e *the book on the table*. Apresentando dados do chinês, russo e turco, mostra que nestas línguas este paralelismo é ainda mais evidente.

1.1.1 - Existenciais como Locativos

KUNO¹⁷ apresenta evidências de que em uma língua SOV, como o japonês, a ordem básica das palavras nas SEs é a configurada em (4 a) e em uma língua SVO, a apresentada em (4 b).

- (4) a. Locativo + SN_{indef.} + V_{exist.} (para línguas SOV)
 b. Locativo + V_{exist.} + SN_{indef.} (para línguas SVO)

Argumenta que, em algum estágio na derivação destas sentenças, que poderia ser o nível de estrutura profunda, enquanto as sentenças não existenciais têm um sujeito na posição inicial, as SEs têm o locativo precedendo o sujeito.

Uma consequência importante desta proposta de Kuno que contraria as conclusões de muitos outros lingüistas é que o par apresentado em (5) não deve provir da mesma estrutura subjacente.

- (5) a. There are two books on the table.
 b. Two books are on the table.

A presença do *there* em (5 a) sugere que o locativo *on the table* estava na posição inicial da sentença antes de ser posposto. Uma evidência para este fato é que há muitas sentenças que são aceitáveis seguindo o padrão de (5 a) mas são estranhas ou inaceitáveis se construídas conforme (5 b).

- (6) a. There is still some room in the house.
 b. *Some room is still in the house.
 (7) a. There is space in the margin.
 b. *Space is in the margin.

The above phenomenon can be accounted for if we assume that existential sentences have locatives in the sentence-initial position: "Locative + V exist. + NP indef." (e. g. *On the table are two books*). A transformation, which I shall call *Locative-postposing*, will move locatives to the sentence-final position, leaving a trace in the form of *there* in their original position. On the other hand, nonexistential sentences do not have locatives in the sentence-initial position, but have subjects sentence-initially (i.e. "NP + be + Locative") so that *Locative - postposing* does not apply to them. (KUNO, p. 350).¹⁷

A análise de Kuno não pretende ser conclusiva. O autor chama a atenção para alguns problemas ainda carentes de solução. Um deles, são as sentenças com *there* que não apresentam locativos como:

- (8) a. There will be no more money left.
 b. There are two more weeks of school.

A única solução plausível que o autor vê para estes casos é a hipótese *ad hoc* da presença de um item locativo "dummy" sem nenhum

conteúdo semântico.

Kuno apresenta evidências do russo, francês, chinês, turco e espanhol* para sua hipótese de que a ordem básica das palavras das SEs é "Locativo + sujeito" e que esta lista pode ser ampliada para incluir línguas como o coreano, grego moderno, holandês, árabe e outras. Explica que a possível razão para esta ordem em tantas línguas é o fato de que há uma forte tendência num discurso contínuo de começar sentenças com informação dada, i. e., com alguma coisa já conhecida e introduzir a informação nova no final da sentença. Na maioria das SEs os locativos são definidos enquanto o sujeito, por definição, é indefinido.**

KIMBALL¹⁶ traz contribuições sobre o assunto procurando formular uma explicação com base em considerações semânticas. Argumenta contra a regra de inserção do *there**** que não justifica o fato da obrigatoriedade deste item e não de outro ser inserido e que não esclarece se o *there* inserido é o mesmo *there* dêitico ou que relação há entre eles.

Um dos problemas que este tipo de análise geraria é que a regra de inserção do *there* teria que ser obrigatória em casos como (10 a.) e (12 a.).

(9) a. There is space in the manger.

b. There is corn in the manger.

* Em espanhol, usa-se *hay* para introduzir SE (*hay vacas en el Japón*). *Hay* é uma expressão verbal cristalizada, sem flexão gramatical de número que, etimologicamente falando, consiste em *ha* (3.^a pessoa do singular do presente de *haber*) e *y* (forma locativa). Assim, corresponde ao francês (il) *y* a (cf KUNO, p. 375).¹⁷

** Kuno está considerando sujeito o SN das SEs, por isso, indefinido. Esta questão será discutida no cap. 3.

*** A regra de inserção de *there* será comentada em análises seguintes.

- (10) a. *Space is in the manger.
 b. Corn is in the manger.
- (11) a. There is fire in his eyes.
 b. There is a sty in his eye.
- (12) a. *Fire is in his eyes.
 b. A sty is in his eye.

Kimball mostra que os casos em que somente a forma existencial é gramatical são aqueles que envolvem possessão inalienável. Assim, a relação entre espaço e manjedoura é diferente da relação entre milho e manjedoura. A manjedoura contém milho num sentido diferente do de conter espaço: milho tem existência independente, espaço não.

Ao mesmo tempo, Kimball tenta mostrar que os eventos são possuídos inalienavelmente por seu tempo de ocorrência e que afirmações de locação têm uma estreita correspondência com afirmações de posse. Pares como *O livro está sobre a mesa* e *A mesa tem um livro sobre ela* evidenciam isto. Um fato que comprova que os eventos são possuídos inalienavelmente por seu tempo de ocorrência é que o mesmo evento não pode ocorrer duas vezes. Quando isto acontece, ele é localizado e portanto possuído inalienavelmente por dois tempos diferentes.

Segundo o mesmo autor, torna-se complexo tratar as SES num esquema que emprega a regra de inserção do *there*. Para uma sentença como *There is space in the manger*, seria necessário postular uma estrutura profunda *Space is in the manger* e fazer a regra aplicar-se obrigatoriamente neste caso. Esta obrigatoriedade fundamentar-se-ia basicamente na informação semântica. (Ape-

sar de ser possível, não nos levaria, por outro lado, a nenhuma explicação mais profunda da razão pela qual os inalienáveis têm de sofrer a regra.

I have argued that events have no independent existence, but are inalienably possessed by their times of occurrence. For this claim there seems to be ample syntactic evidence. I would like to make the analogous argument for objects: an object is inalienably possessed by its place of location. A philosopher would accuse me of doing a piece of metaphysics here, for inalienably possessed things have no independent existence of their own, but exist only insofar as they are possessed. To claim that objects are inalienably possessed is to say that places are metaphysically more ultimate than objects. Although the real metaphysical claim I would like to make is somewhat deeper than this, having to do with the origin of the notion of location, I shall rephrase the claim as a claim about language; namely, that grammatically objects are inalienably possessed by their places of location. It follows from this claim that any statement of existence is necessarily a locative, for inalienably possessed NP's semantically and syntactically occur only with their possessors. E. g., there is only "the space in the manger", or "the space in this room"; *space* in general means something like "the space in the universe"; so *space* cannot be without its inalienably possessor, the space of something. In any case, I have rephrased my claim as one about statements about existence instead of one about existence itself. (KIMBALL, p. 268).¹⁶

Kimball conclui sugerindo uma possível origem para os locativos e, conseqüentemente, para os existenciais. Uma sentença como (13) tem como fonte subjacente (14 a.), passivizada em (14 b.). O apagamento do verbo principal resultaria (13).

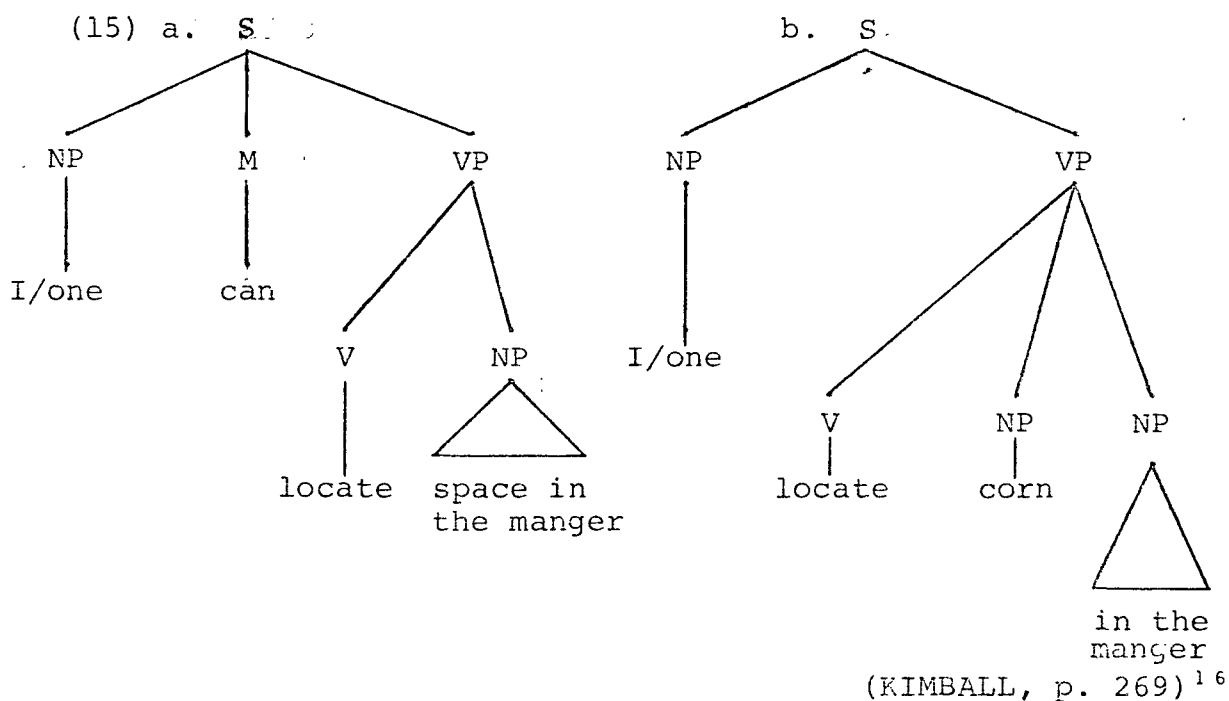
(13) A bird is in the tree.

(14) a. I/one locate(s) a bird in a tree.

b. A bird is located in the tree.

As SEs, portanto, teriam o verbo *localizar* na sua estru-

tura subjacente. A fonte de *There is space in the manger* seria *I/one can locate space in the manger*, onde *space in the manger* seria um único constituinte o que explicaria a agramaticalidade de **Space is (located) in the manger*. O diagrama que segue esclarece a diferença entre este constituinte e *corn in the manger* que não é posse inalienável.



Como podemos ver, os dados empíricos sugerem incontestavelmente uma estreita relação entre as SEs e os locativos a ponto de não considerarmos relevante estabelecer uma diferença entre SEs e sentenças locativas. O locativo parece ser uma condição *sine qua non* em uma declaração de existência. Os trabalhos de Kuno e Kimball nos dão valiosos subsídios empíricos para a questão. Com relação à análise proposta por eles, no entanto, observamos que é exatamente o que o modelo gerativo da época permitia fazer. Atualmente, seria problemático assumir uma estrutura profunda como propõe Kimball e explicar as transformações e apagamentos à luz dos princípios de uma Teoria da

Regência e Ligação. Tornar-se-ia ainda mais difícil, se assumíssemos um modelo representacional no qual a estrutura-S passaria a ser o nível relevante para as análises. A importância destes trabalhos, no entanto, é a relevância que se dá ao papel do locativo nas SEs. Parece impossível tentar definir estas estruturas sem fazer referência ao caráter locativo das mesmas, fundamental para a noção de existencial. Procuraremos rever esta questão sob o prisma de outra proposta de análise que será apresentada no capítulo 3.

Outro aspecto fundamental para a noção de SE é a sua configuração sintática. Estas sentenças apresentam uma estrutura sintática bastante peculiar nas diversas línguas. A falta de um sujeito temático ocupando a posição canônica de sujeito é uma constante. Este fato, a função do SN que sucede o verbo e o estabelecimento do estatuto da partícula dêitica nas SEs de muitas línguas, são problemas sérios para as abordagens sintáticas. Deixamos para discutir alguns destes aspectos no item 1.2.

1.1.2 - Sentenças Existenciais em Português.

Como já declaramos, não encontramos nenhum estudo efetivo sobre SEs em português. Para delimitarmos quais seriam as estruturas-alvo, baseamo-nos nos estudos feitos em outras línguas e, por critério de proximidades sintática e semântica elegemos os exemplos em (16) como principais representantes das SEs no português do Brasil.

- (16) a. Existe um gato na porta.
 b. Há um gato na porta.
 c. Tem um gato na porta.

Lembremos que (16 b.) e (16 c.) pertencem a registros diferentes. A língua culta, formal privilegia o verbo *haver*, enquanto a informal, *ter*. O verbo *existir* aparece em ambas.

Na língua em questão, temos a ocorrência de uma expressão locativa que pode estar expressa ou oculta e, neste caso, recuperável na situação de discurso. No português arcaico médio, juntava-se freqüentemente ao verbo *haver* o advérbio *í* ou *ai*.^{*} (cf. SILVA DIAS, p. 17).³⁵ Mesmo com o seu desaparecimento no português moderno, podemos citar algumas expressões da fala popular do Brasil que, de alguma maneira, recuperam esta marca mesmo quando substituem *haver* por *ter*:

- (17) Aí tem "dente de coelho".

Nossa intenção é dirigir este trabalho no sentido de que se estabeleça uma **estrutura existencial** e não verbos existenciais. Usaremos, portanto, os exemplos em (16) como protótipos desta estrutura por serem, talvez, mais comuns no português escrito e oral do Brasil. Há outros, no entanto, que provavelmente se encaixam na estrutura estabelecida e podem, assim, ser tratados como existenciais. (18) poderia ser um destes casos.

- (18) a. Aqui dā muitas frutas.
 b. Só dā este nome na pesquisa.

O que podemos perceber ao aprofundar este assunto é que

* Exemplo: ... ha hi hũa fonte no Epiro... (SILVA DIAS, p. 17).³⁵

o fato destas sentenças terem um padrão comum em muitas línguas, o que vamos concluir sobre o português do Brasil pode ser generalizado para outros idiomas. Algumas especificidades do português, no entanto, vão merecer uma atenção especial.

1.2 - A Identidade das Sentenças Existenciais em Português

1.2.1 - Um pouco de diacronia...

Ao fazermos uma investigação sobre a história dos verbos que figuram nas SEs percebemos uma estreita relação entre *ter* e *haver* e achamos importante fazer um parênteses para conhecermos melhor o caminho que eles trilharam.

Detendo-nos um pouco na nossa realidade lingüística, constatamos que o verbo *ter* é largamente empregado na construção da oração impessoal na linguagem falada, principalmente. A literatura moderna, com o intento de valorizar o coloquial, também a utilizou de forma irrestrita. Encontramos esta construção até no pronunciamento de falantes mais cultos. O verbo *haver* foi deixado para os momentos de maior formalidade e percebe-se, inclusive, a necessidade de um certo policiamento por parte do usuário da língua na utilização deste.

Apesar da relutância dos gramáticos em aceitar o verbo *ter* na construção impessoal, podemos ver claramente que é esta a estrutura dominante no registro informal do português do século XX e, por isso, vamos voltar um pouco às origens para ver a trajetória que estes verbos fizeram.

Deparamo-nos logo de início com a impossibilidade de es-

tudar o verbo *ter* separado de *haver*, pois desde o latim clássico eram afins em muitos empregos. Foram sempre duas formas de empregos paralelos, até que uma acabou por superar definitivamente a outra.

Um estudo que deseje abarcar o uso de *ter* e *haver* no português arcaico terá de abranger, pelo menos, além das estruturas de posse, em que *ter* e *haver* são os verbos nucleares, as estruturas existenciais em que *haver* e *ser* são os verbos nucleares, as estruturas de *ter* e *haver* seguidos de particípio passado, também as de *haver de* e *ter de* seguidos de infinitivo, além das estruturas atributivas, quer descritivas quer situativas ou locativas que apresentam como verbos nucleares principais *ser* e *estar*, que se interrelacionam com *ter* e *haver*. (MATTOS e SILVA, p. 2).²³

Como é objetivo desse trabalho deter-se apenas nas sentenças existenciais, vamos apresentar o desenvolvimento histórico destes verbos privilegiando sua utilização nesse sentido e no sentido de posse, pois são estruturas intimamente relacionadas.

Baseando-nos em estudos já realizados, constatamos que os verbos *habere* e *tenere* exprimiam, no latim clássico, claramente a idéia de posse. Foram usados, inicialmente, para indicar posse de coisas materiais, como também para relacionar o sujeito a seu complemento, o que se considerava uma posse espiritual. Mesmo na utilização do verbo *habere*, ainda no latim clássico, para a formação de uma perífrase que veio suprir a lacuna deixada pelo aoristo indo-europeu, este verbo apresentava o sentido de posse da ação concluída e a continuidade deste estado até o presente. Mais tarde, o uso da perífrase generalizou-se e a idéia de posse contida no verbo *habere* se esvazia e o centro semântico da perífrase passa para o particípio.

O verbo *habere*, portanto, era pessoal e significava "ter,

possuir". Entretanto, em documentos do latim da dekadência e no latim vulgar, encontramos o *habere* impessoal, usado na oração existencial.

SAMPAIO³⁴ apresenta a interessante hipótese de Bassols de CLIMENT para explicar a passagem de *habere* pessoal para impessoal:

A uma frase como "dominus habet multum vinum" (o senhor tem muito vinho) em que está presente a noção de posse, correspondia uma outra de estrutura idêntica: "Domus habet multum vinum" (a casa tem muito vinho). Na segunda frase, o sujeito (domus) é inanimado e por isso não pode logicamente possuir alguma coisa como o sujeito da primeira frase que é uma pessoa (dominus); a frase fica muito próxima de uma outra construção que exprime existência e não posse: "domi est multum vinum" (em casa há muito vinho). Dada a semelhança entre as duas frases, a frase "domus habet multum vinum" adaptou-se à construção de "domi est multum vinum" (em casa há muito vinho). Tivemos então a construção "domi habet multum vinum" em que "domus" passou a ser visualizada como locativo, isto é, ponto de referência. (SAMPAIO, p. 10).³⁴

Esta construção foi herdada pelas línguas românicas, generalizada nos mais antigos documentos e adquiriu pleno desenvolvimento na literatura catalã do século XIII. É curioso observar que, nesta fase, a construção pessoal alterna com a impessoal em frases de idêntico valor semântico: o sujeito vem representado no nominativo quando o uso do verbo é pessoal; paralelamente, e com o mesmo sentido, aparece a construção impessoal em que o sujeito da construção anterior passa a funcionar como locativo.

Parece ser nos séculos XIII, XIV e XV o momento mais acirrado do embate entre os verbos *ter* e *haver* nas construções de posse. No *corpus* trecentista, analisado por MATTOS E SILVA, à pri-

meira vista, estes verbos parecem ser variantes livres. Entretanto, um exame da natureza semântica do complemento do predicado nos conduz a uma conclusão diferente. A autora do estudo foi levada a ter de distinguir três tipos de complementos:

a) o complemento que expressa qualidades inerentes ao possuidor, tais como: características ou estados físicos;

b) o complemento que expressa bens ou qualidades próprias ou adquiridas, tais como: qualidades morais, intelectuais, afetivas, sociais;

c) o complemento que expressa objetos adquiríveis, externos ao possuidor.

Constatou-se, através de uma análise quantitativa dos dados, que *ter*, em 82% das ocorrências, ocorre com o complemento descrito em (c), 18% com o complemento do tipo (b) e nunca com o complemento definido em (a); enquanto *haver*, contrariamente, ocorre em 20% dos casos com complementos do tipo (c), 80% com o complemento apresentado em (b) e, conseqüentemente, 100% com o complemento descrito em (a).

Esses dados levam a concluir que, no português trecentista, o verbo *haver* é de uso mais generalizado porque preenche as três possibilidades semânticas. Em expressões com o complemento descrito em (b), verifica-se que a ocorrência de *ter* é sempre complementada pela mesma palavra (*ter fe*), enquanto *haver* vem sempre seguido por uma diversidade muito grande de itens lexicais. É, portanto, somente com complementos do tipo (c) que os dois verbos variam livremente.

Aplicando a mesma análise em documentos do português quatrocentista e quinhentista, a autora apresenta novas informações. No português quatrocentista, o complemento do tipo (a) é ainda

expresso somente pelo verbo *haver*; o complemento descrito em (b) ocorre com *ter* e *haver*, se bem que *haver* é quase que totalmente predominante; os complementos em (c) são expressos tanto por *haver* como por *ter*.

A situação vai se alterar na segunda metade do século XV, quando *ter* já aparece com complemento do tipo (a), predomina nas construções com complementos do tipo (b) e se alterna livremente com *haver* com complementos do tipo (c).

Portanto, nessa época, nas estruturas de posse, o verbo *ter* já preenche as três possibilidades semânticas e predomina nas expressões com complementos descritos em (b).

A partir de um exame sistemático, a autora conclui, com segura fundamentação empírica, que o verbo *haver*, na primeira fase do português arcaico, era o verbo mais generalizado na expressão das estruturas de posse. O uso do verbo *ter* foi se expandindo subsequentemente de expressões com complementos do tipo (c) para estruturas com complementos do tipo (b) e (a). Assim, na segunda metade do século XV, *haver* e *ter* se apresentam como variantes na estrutura de posse, mas já se evidencia o recuo de *haver*.

A explicação dessa substituição de *haver* por *ter* nas estruturas de posse, pode ser encontrada partindo de um exame sumário dos valores semânticos de *tenēre* e *habēre* em latim, onde *teneo* expressava cinco sentidos básicos sendo que o primeiro destacado é "ter algo em mão", "obter"; enquanto *habeo*, apresentava como significado básico e primeiro "ter em sua posse", "guardar". "Já no latim clássico, haveria o trânsito *tenēre/habēre* para a expressão de posse de algo concreto, palpável, passível de 'ter na mão'". (MATTOS E SILVA, p. 14).²³

Esse dado histórico permite concluir que *ter*, na fase inicial do português arcaico, onde só ocorre com complementos que expressam objetos adquiríveis, continua o valor primeiro de *teneo* o de "ter algo em mão". A mesma conclusão podemos tirar do emprego de *haver* com complementos expressando qualidades inerentes ou adquiridas, continuando assim o valor primeiro de *habeo*, o de "ter em sua posse".

A mudança semântica de *habere* de verbo de posse para verbo de existência já no século IV e V se coloca, sem dúvida, como fato fundamental que permitiu o avanço de *ter* para expressar qualquer tipo de posse, excluindo daí o *haver*.

No século XIV, o emprego do verbo *haver* impessoal é bastante freqüente, conservando a marca da passagem da construção pessoal do latim vulgar para impessoal. Esta marca se verifica na presença do advérbio *Y*, que fora sujeito gramatical da construção pessoal e, agora, é ponto de referência da ação verbal. Silveira BUENO diz-nos a este respeito:

... forma já desaparecida do idioma: *y aver, aver y*, que corresponde exatamente ao francês *y avoir*. Foi certamente por influência deste idioma que a língua arcaica tanto praticou esta forma impessoal do verbo *aver (haver)*, pois, é um dos usos mais comuns não só nas cantigas dos Cancioneiros, portanto, naquela expressão literária mais diretamente sujeita às influências francesas, mas também na prosa cujos modelos eram latinos. (BUENO, p. 195).⁴

No século XVI, o verbo *haver* começa a esvaziar-se de seu sentido possessivo, sendo substituído por *ter*. Neste momento, a língua também preferiu *ter* para formar os tempos compostos, ficando cada vez mais raras as ocorrências com *haver*. Tudo isso criou condições para que o verbo *ter* começasse a invadir a esfe-

ra da oração existencial, privativo de *haver* até então. Supõe-se que este fato se tratava mais de um fenômeno da língua falada que da escrita, "pois o verbo *haver* por ter-se esvaziado semanticamente dificultava a comunicação. O verbo *haver*, de fato, confunde-se foneticamente no presente do indicativo com o artigo *a* e no perfeito com o verbo *ouvir*". (SAMPAIO, p. 60).³⁴ Verificou-se, portanto, o mesmo fenômeno que se dera no latim vulgar com o verbo *habere*. Com o verbo *ter*, novamente, percebe-se que o sujeito da oração pessoal passa a ser visualizado como locativo e o verbo torna-se impessoal.

No século XVII, o verbo *ter* predomina totalmente para indicar a posse de coisas materiais e imateriais. Ainda é pouco usado na oração existencial, sendo este lugar privativo de *haver*.

O que acontece daí em diante é fácil de se imaginar. No século XVIII, já não se encontram mais exemplos do verbo *haver* indicando posse, mas este continua ainda gozando de preferência nas construções existenciais. Somente no século XX, quando o movimento de reabilitação da língua falada que havia começado no romantismo atinge seu ápice, o verbo *ter* como construção existencial entra definitivamente na língua escrita. As construções com *ter* e *haver* impessoais aparecem lado a lado na escrita. Na língua falada, no entanto, a construção com o verbo *haver* começa a desaparecer. Sobre este fato, observa Silveira BUENO:

Na língua popular do Brasil é corrente tal uso, não já na expressão do vulgo inculto, mas até na dos letrados quando falam descuidosamente. Para que empreguemos o impessoal *ha*, é-nos necessário certo esforço, certa volição especial, tão entranhada está em nossos hábitos lingüísticos tal sintaxe. ... Tal uso não constitui brasileirismo como julgam alguns, mas é herança arcaica que se projetou até nos melhores clássicos do idioma. Naturalmente, a documentação não pode ser numerosa porque os textos anos-

sa disposição pertencem à forma escrita, submetida à preocupação literária. Estamos certos que, na língua oral, tal qual hoje no Brasil, também esse período era abundante em tais usos impessoais do verbo *ter* por *haver*. Tal era a frequência deles que, apesar de toda a vigilância dos autores, ainda assim lhes escaparam não poucos. (BUENO, p. 196).⁴

Pudemos perceber, assim, a trajetória que estes verbos fizeram. Mostraram-se, continuamente, como duas formas concorrentes. O português arcaico deu total preferência ao verbo *haver* para indicar posse, como auxiliar da conjugação composta e, também, no seu uso impessoal. Este era, portanto, um verbo muito produtivo na língua arcaica. Nos séculos XIII, XIV e XV, as estruturas de posse foram sendo gradativamente ocupadas pelo verbo *ter* que também invade a estrutura existencial no século XVI. No século XX completou-se o processo com o esvaziamento do verbo *haver* empregado quase que exclusivamente na língua escrita.

É interessante notar também a maneira análoga com que se deu a passagem destes dois verbos de sua forma pessoal para a impessoal: o sujeito inanimado da primeira forma passa a ser o locativo na segunda.

Estes verbos, portanto, caminharam paralelamente desde o latim clássico mostrando sempre grandes afinidades. SAMPAIO observa, ainda, que as línguas românicas preferiram umas o verbo *ter*, outras o *haver*. No português, como vimos, o verbo *haver* dominou até o século XIV, depois a preferência passou para *ter*.

1.2.2 - Função do SN das Sentenças Existenciais

Os verbos que ocorrem nas SEs do português mereceram alguns estudos no que diz respeito à sua estrutura sintática por

serem verbos de caráter altamente idiossincráticos..

A gramática tradicional dá um tratamento diferenciado para os SNs que ocorrem com *haver* e *existir*. No primeiro caso, o SN é analisado como objeto direto. Uma das justificativas usadas para esta análise é o fato de este SN, em latim, vir no acusativo. Com *existir*, porém, o SN posposto é marcado como sujeito, análise esta justificada principalmente pelo desencadeamento da concordância verbal e pela possibilidade de posição pré-verbal do SN.

Eunice PONTES,²⁸ tratando da posposição do sujeito em português, chama a atenção para o fato de que o falante, intuitivamente, identifica os SNs que aparecem com *existir*, *ter* e *haver* como sendo equivalentes. Esta percepção vai interferir na estruturação destas sentenças evidenciando que o falante as usa como estruturas afins. Em testes onde o falante deveria dar a função sintática dos SNs que ocorrem com estes verbos, PONTES observa que a maioria os identificou como sujeitos das orações.

Embora o ensino gramatical seja que o SN que ocorre com *existir* é sujeito e com *haver* é objeto, a escolha dos falantes foi equivalente. Essa identificação dos três verbos pode ser notada também na concordância verbal, pois desde tempos arcaicos se encontra *haver* com o SN plural. Veja-se a observação de Celso Cunha: "Construções do tipo: 'Houveram muitas lágrimas de alegria' (C.C. Branco, V, 82), 'Ali haviam vários deputados que conversavam de política (...)'. (M. de ASSIS, OC, II, 67-8), embora se documentem em alguns dos melhores escritores da língua, especialmente do século passado, não devem ser hoje imitadas. (1976:497)".

Acontece que não só são imitadas, como se encontra no plural também o verbo *ter* (equivalente a *haver*):

"Apesar de terem poucas salas na Faculdade... "
 "Teriam dez pessoas para vir aqui..."

Outra identificação entre os três verbos se vê porque, contrariamente ao que se pensa, pode o SN ocorrer também anteposto a *ter* na língua oral:

"Ardósia sô tem preta?"

"Essa empada não tinha antes aqui, tinha?"

Não encontrei exemplos do SN anteposto com *haver*, verbo que, como é sabido, é muito raro (se não inexistente) na língua oral. (PONTES, p. 68).²⁸

A autora argumenta que é muito discutível considerar o SN que ocorre depois de *haver* como objeto e o que ocorre depois de *existir* como sujeito, como o faz a nossa tradição gramatical. Salieta que a única diferença entre *existir* e *haver* é que com *haver* o SN não ocorre anteposto, como acontece com *existir*. Devemos estar atentos, no entanto, que essa possibilidade de *existir* ocorrer com SN anteposto é muito restrita.

Se apelarmos para os critérios que se usam para detectar o sujeito, o problema não se resolve de forma muito simples. A posição do SN é depois do verbo, posição própria de objeto. Quanto à concordância, encontra-se na língua escrita de jornais e revistas um quadro fluido, como observa a autora. De um modo geral, segue-se a regra de concordância com *existir*, mas já podemos encontrar "deslizes", em que o SN vem no plural e o verbo no singular. Mesmo com a verbo *haver* é possível encontrar exemplos de *havam* até em famosos escritores da nossa literatura, como já vimos. PONTES alerta, ainda, para o fato de que o verbo *ter* existencial coloca o mesmo problema de *haver*: o SN posposto a *ter* é sujeito ou objeto?

Se tomarmos, por outro lado, o critério da cliticização, ou seja, a substituição do complemento por um pronome oblíquo átono, poderíamos concluir que o SN que ocorre com *existir* é um sujeito já que é impossível cliticizá-lo. Com relação aos verbos *haver/ter*, no entanto, PONTES observa:

Mas o mesmo critério pode ser usado para o SN que acompanha *haver/ter*. Também não me parece que seja possível cliticizá-lo:

"Havia muitos homens no jardim". "*Haviam-nos no jardim".

"Tinha uma menina no jardim". "*Tinha-a no jardim".

Parece-me que isto é mais um argumento para mostrar que o SN dependente do verbo *haver* deve ser analisado sintaticamente como o SN que vem com *existir*.

As pessoas que dizem que a cliticização em *haver* é possível, lembram exemplos do tipo:

"Homens, haviam-nos aos montes".

Essa oração é do tipo deslocamento à esquerda. O fato de o pronome que ocorre depois de *haver* ser objetivo é significativo. Quero lembrar, porém, que essa frase não ocorre na língua oral do Brasil, só na língua escrita formal. Faço as mesmas restrições que já fiz a esse argumento antes.

Além disso, parece possível a mesma construção com *existir*:

"Homens, existem-nos aos montes".

Logo o argumento levaria a concluir que o verbo *existir* deveria também ser considerado transitivo direto. E o mesmo valeria para o verbo *ser*, pois é possível escrever: "Homem, eu o sou, com muito orgulho!" (PONTES, p. 74).²⁸

Em MATEUS et alii,²² há um reforço da visão tradicional.

Em uma nota, ao relacionar os verbos impessoais, coloca como um dos itens:

"O verbo existencial *haver*, cujo único argumento nuclear é O.D.;" (MATEUS et alii, p. 239).²²

Mais adiante, ao fazer um paralelo entre verbos impessoais e aqueles nominados por Celso CUNHA de verbos unipessoais, nova observação é feita a respeito do assunto:

... existe uma importante diferença *sintáctica* e *semântica* entre uns e outros; enquanto os impessoais não possuem qualquer argumento nuclear (caso dos Vs meteorológicos) ou, se o possuem (caso de *haver*), esse argumento não é SU (como o mostra a inexistência de acordo verbal), tratando-se portanto, sempre, de *Verbos sem SU*... (MATEUS et alii, p. 242).²²

Esta gramática não faz uma discussão à parte destas es-

truturas nem uma discussão dos critérios que levariam a tal resultado. Ao que parece, o fato foi simplesmente dado como consumado o que não parece ser tão óbvio assim, principalmente se levarmos em conta os dados apresentados por Eunice PONTES e que revelam uma realidade, pelo menos no português do Brasil.

Discutir a estrutura sintática de orações com verbos pessoais tem sido uma tarefa árdua para os lingüistas, principalmente se levarmos em conta que a concordância verbal é estabelecida com alguns destes verbos e com outros não. Não temos ainda elementos, e talvez demoremos muito a obtê-los, para que possamos chegar a uma conclusão definitiva a este respeito. Talvez estejamos diante de um sistema em processo de mutação e, assim, os fatos não permitem que cheguemos a uma conclusão única e definitiva.

1.2.3 - Sentenças Existenciais com o verbo *existir*

Dissemos, anteriormente, que independentemente de aparecer com os verbos *ter*, *haver* ou *existir*, as SEs se equivalem e, portanto, estes verbos seriam permutáveis sem alterar o significado da sentença. Torna-se necessário, no entanto, uma observação no que diz respeito à ocorrência de *existir*. Parece que sempre podemos substituir *haver* (ou *ter* na linguagem não padrão) por *existir*,* mas o oposto não é verdadeiro. O verbo *existir* pode ocorrer com o SN à direita ou à esquerda enquanto *haver* só se realiza com SN à direita. Embora PONTES tenha observado que

* Nas considerações finais apresentaremos exemplos para os quais esta afirmação não vale. Para o tipo de sentenças que tratamos no decorrer de todo o trabalho, no entanto, ela é verdadeira.

o uso de *existir* com SN à esquerda não é comum, não podemos ignorar sentenças como:

(19) a. Deus existe.

b. * Deus há.

c. (?) Há Deus.

(20) a. A verdade existe.

b. * A verdade há.

c. (?) Há a verdade.

Estes exemplos nos levaram a colocar em dúvida a relação estabelecida por LYONS no exemplo (1). Intuitivamente diríamos que uma sentença como *Os leões existem* tem um sentido completo enquanto se usarmos o verbo *existir* com SN posposto ou o verbo *haver*, um circunstancial locativo torna-se obrigatório (*Há leões na África/Existem leões na África*).

A tese de BECHARA² parece confirmar esta intuição ao descrever *existir* como um verbo ambíguo no português tendo uma entrada lexical com duas interpretações semânticas, cada qual com marcadores semânticos e sintáticos diferentes um do outro. Nesta abordagem, BECHARA abandona o modelo gerativo de CHOMSKY-65 que o levaria a admitir duas entradas lexicais para o verbo em questão e para outros que se assemelham a ele, pois esta solução não seria econômica para a gramática. Procura mostrar que a Teoria dos Casos de FILLMORE daria conta da ambigüidade do verbo sem com isto precisar postular mais de uma entrada lexical. O que nos interessa aqui, no entanto, são os fatos que o levaram à conclusão de dois verbos *existir*, ou melhor, de que o verbo *existir* tem duas interpretações semânticas.

Partindo dos exemplos (21), (22) e (23), BECHARA observa

que (23) não é aceita como sinônimo de (22).

(21) Eu existo.

(22) Existo eu na sala.

(23) *Eu existo, nesta sala.

Se o *existir* de (22) é o mesmo *existir* de (23), esta deveria ser aceitável. Não seria o simples movimento do sujeito para a direita do verbo que tornaria uma sentença gramaticalmente mal formada. Se (23) é a mesma sentença de (22) antes de se mover o sujeito para a direita do verbo, então (25) é a mesma sentença de (24) antes de ocorrer o movimento.

(24) Existe eu, na sala.

(25) *Eu existe, na sala.

Mas não parece ser este o caso. Estas comparações, no entanto, nós alertam para alguns problemas.

Partindo do princípio de que a regra de concordância verbo-sujeito é obrigatória em português, como pode a sentença (24) ser gerada sem que o verbo sofresse tal transformação* obrigatória?. Estes exemplos nos levam a outros que parecem constituir o mesmo caso.

(26) a. Aqui eu mando.

b. Aqui mando eu.

c. Aqui manda eu.

Em que difere o verbo *existir* de (21) ou (23) do *existir* de (22) ou (24), sendo que nas primeiras o verbo tanto rejeita

* Lembremos que a análise é feita nos moldes transformacionais de Chomsky-65, a princípio.

locativos como também não ocorre flexionado na 3.^a pessoa do singular quando o SN à sua esquerda é de 1.^a pessoa do singular; nas segundas, o verbo tanto aceita o locativo como também pode ocorrer flexionado na 3.^a pessoa, qualquer que seja o SN à sua esquerda?

BECHARA observa que o *existir* de (21) e (23) seria um verbo intransitivo e o de (22) e (25) seria um verbo transitivo, impessoal. É óbvio que sua análise precisa dar conta de problemas como a concordância de (22), por exemplo. No primeiro momento, isto o leva a postular uma possível regra de concordância verbo-objeto cujas condições necessárias seriam a ausência de sujeito e a existência de um SN complemento do verbo. Por outro lado, estabelecer este SN como objeto direto do verbo também é problemático como o mostra a impossibilidade de passivização e pronominalização do mesmo.

Não é nossa intenção apresentar a argumentação de BECHARA na íntegra pois teríamos que entrar em muitas considerações de ordem teórica. Os problemas levantados não são facilmente resolvidos mesmo em uma gramática mais bem formalizada como é a gerativa. Para escapar da regra de concordância verbo-objeto e dizer que o verbo teria duas entradas lexicais, o autor opta pelo modelo de FILLMORE e conclui que os verbos em (27) são transitivos pessoais.

- (27) a. José existe.
 b. As pedras caem.
 c. Eu saio.
 d. Existe José.
 e. Chovem pedras.
 f. Há gente aí.

- g. Tem pão quente.
- h. Dã japoneses em Araçatuba.
- i. Nevava blocos enormes.

Para isso, ele precisa redefinir a regra de subjetivização e dizer que ela é opcional. Teríamos, portanto, a possibilidade de um sujeito pré-verbal e um pós-verbal. Podemos ver que em alguns casos em (27), ele será obrigatoriamente pós-verbal o que, a nosso ver, também é complexo e problemático.

É importante notar que em (26), estruturas paralelas a (21), (22) e (24), o verbo *mandar* parece levar à mesma interpretação semântica, enquanto o verbo *existir* parece mudar o sentido de uma estrutura para outra.

O que nos interessa mais de perto é essa possível ambigüidade de *existir*. Os dados do inglês parecem confirmar este fato. Tomando sentenças como *Deus existe* e *Existe um gato na porta*, percebemos que, nesta língua, o verbo em questão receberia um tratamento diferente:

- (28) a. God exists.
- b. There exists a cat at the door.

Quando temos a existencial locativa, a inserção do *there* torna-se obrigatória. A princípio, isto nos levaria à conclusão de que é o *existir* de (21) e (23) que ocorre nas SEs do português.

A partir da constatação de que as SEs têm, primordialmente, uma origem locativa, estabelecemos os exemplos em (16) como o protótipo das SEs em português. Através do estudo diacrônico, procuramos mostrar como os verbos *ter* e *haver* evoluíram na Língua Portuguesa, sempre num caráter de concorrência, o que nos alerta para a identidade destes dois verbos.

Eunice PONTES^{2 8} comprova que o falante, intuitivamente, percebe como equivalentes os SNs que ocorrem com *existir*, *haver* e *ter*, apesar de a gramática tradicional analisá-los de forma diversa. A conclusão sobre a função sintática destes SNs impõe problemas complexos para a nossa gramática.

Observamos, também, que o verbo *existir* parece apresentar uma ambigüidade semântica. Dizer que o *existir* das SEs é um verbo impessoal como *haver* e *ter* seria interessante para a nossa análise, mas ficaríamos com outros problemas para resolver como é o caso da concordância verbal e da definição das outras sentenças com *existir*, sem falar no fato de que isso tornaria a gramática menos elegante.

Todos os dados apresentados são altamente relevantes no que diz respeito às SEs. Tratar de todos eles, no entanto, seria nos propormos a uma tarefa muito audaciosa, pois cada questão desta exige atenções especiais. Por este motivo, vamos nos restringir à relação destes verbos com o SN que ocorre junto a eles, procurando investigar melhor a abrangência das restrições sofridas por estes SNs. Nossa intenção é que as conclusões que chegaremos a este respeito nos ajudem, talvez, a interpretar melhor os problemas levantados neste primeiro capítulo.

2. AS RESTRIÇÕES DOS SNs DAS SENTENÇAS EXISTENCIAIS

2.1 - Apresentação do Problema

Para aprofundarmos a questão dos existenciais, vários artigos foram revisados. Cada um deles focaliza o problema levando em consideração diferentes aspectos. Vamos abordar, em especial, os que manifestaram maior interesse no estatuto do SN que integra tais estruturas e suas respectivas restrições.

Um fato surpreendente que ocorre nas SEs diz respeito ao caráter definido ou indefinido deste SN. Para enfocar este assunto, duas análises nos chamaram a atenção: o **Efeito Indefinido** proposto por GUÉRON¹⁴ e a **Restrição do Definido** encontrada em MILSARK.²⁴ Ambos se detêm no mesmo problema, ou seja, como se explica o fato de um SN definido ser proibido nas SEs. A questão em si pode ser exemplificada da seguinte maneira:

- (29) a. Há um problema.
- b. * Há o problema.
- c. Há um lobo na porta.
- d. * Há o lobo na porta.

Pensamos, no entanto, que a agramaticalidade de (29 b.) e (29 c.) deve ser melhor discutida. Estas sentenças seriam inaceitáveis num determinado contexto onde o SN está sendo apresentado pela primeira vez, ou seja, num contexto que não se rela-

ciona em nada como que foi dito anteriormente. Por razões práticas, chamaremos este de Contexto 1. Por outro lado, perceberemos a existência de uma situação de discurso onde se corrige o interlocutor por não ter percebido ou ter ignorado a existência de algo. Nesta situação, Contexto 2, o SN definido e outros que de alguma forma se assemelham a ele como nomes próprios, demonstrativos e possessivos são plenamente aceitáveis.

(30) A: Não há nada que se possa criticar neste texto.

B: Como não? Há o problema da coerência.

(31) A: Não há ninguém na porta.

B: Há sim. Há o lobo na porta.

O Contexto 2 vai se configurar sempre numa situação de pergunta e resposta e esta deve ser obrigatoriamente afirmativa.

(32) A: Não há ninguém na porta.

B: Não há não. * Não há o lobo na porta./ * Há o lobo na porta?

A partir desta observação, percebemos que os exemplos em (29) devem ser reinterpretados. O Contexto 1 restringe mais o SN das SEs. Em (33), apresentamos a aceitabilidade ou não de SE no Contexto 1 e em (34), as mesmas sentenças ocorrendo na situação do Contexto 2.

(33) a. Há um aluno na sala.

b. * Há o aluno na sala.

c. * Há meus alunos na sala.

d. * Há estes alunos na sala.

e. * Há Pedro na sala.

- (34) a. Há um aluno na sala.
 b. Há o aluno na sala.
 c. Há meus alunos na sala
 d. Há estes alunos na sala.
 e. Há Pedro na sala.

Quando contextualizadas nos moldes de (30) e (31), como deve ser o caso dos exemplos apresentados em (34), percebemos que a restrição se dilui.

Apesar de as análises que serão apresentadas não compartilharem desta visão, preferimos adiantar estes dados para que, de alguma forma, eles sirvam de ponto de referência para a discussão das propostas que virão a seguir. Entendemos que se é possível criar contextos para uma sentença, ela é gramatical e, portanto, nossa análise lingüística deve dar conta do dado.

As análises revisadas, em geral, se apresentam dentro do quadro da teoria gerativa em seus diferentes estágios conforme a época de publicação. Como esta já é uma teoria muito discutida e relativamente divulgada no meio acadêmico brasileiro, não nos deteremos em muitas explicações terminológicas. A apresentação e discussão das propostas que seguem têm em vista aprofundar a questão e ver a sua aplicabilidade na interpretação dos dados do português.

2.2 - O Efeito Indefinido em Guéron

GUÉRON ¹⁴ em uma análise do verbo *avoir*, procura determinar o Efeito Indefinido (E.I.), i.e., o fato de que as orações com este verbo só aceitam complementos do tipo indefinido, como

é ilustrado nos exemplos que seguem:

(35) a. Il y a un problême.

b. * Il y a le problême.

(36) a. Marie a deux frères.

b. * Marie a les frères.

Uma das preocupações de GUÉRON, neste artigo, é dar conta do fato envolvendo as denotações de posse e existência que este verbo francês apresenta. Atribui este fato a uma restrição implicacional sobre a distribuição dos argumentos em uma estrutura sintática enunciada pelo seguinte princípio:

(37) Se X' contém ao mesmo tempo uma posição sujeito e um argumento definido, então X' contém um sujeito temático.

Observa que a classe dos SNs definidos é estabelecida em bases semânticas e não morfológicas. Indefinidos seriam os SNs com determinante indefinido interpretados como não-específicos e os SNs com determinante definido interpretados como fazendo parte de uma "lista".

GUÉRON define argumento como uma expressão referencial (SN pleno, anáfora lexical ou variável) em uma posição argumental e portador de um papel- θ lexical. Como já é estabelecido pela teoria gerativa, as posições argumentais são as posições de sujeito, de objeto de um verbo e de objeto de uma preposição coindexada com o verbo.

A partir do princípio (37), GUÉRON conclui que os SNs não-referenciais não funcionam como argumentos e não são definidos

nem indefinidos. Se temos um SN definido ocupando o lugar de sujeito, como em (38), a frase é uma predicação semântica: contém um sujeito definido e um SV que denota a propriedade do sujeito.

(38) Jean est intelligent.

As frases onde o SN é um complemento objeto constituem os casos clássicos de E.I.

(39) a. Il y a quelqu'un./^{*} l'homme.

b. Il est venu trois hommes./^{*} les hommes.

Um SN definido é lícito se o complemento sobe à posição de sujeito. Neste caso, o sujeito é temático porque ele faz parte de uma cadeia provida de papel- θ .

(40) Les hommes_i sont venus e_i

A partir destas constatações, GUÉRON propõe que o E.I. é uma marca de inacusatividade.* As frases inacusativas manifestam o E.I. quando o complemento objeto não é referencial. Os contrastes apresentados em (41) e (42) decorrem diretamente de (37) se se colocar que os SNs não-referenciais não funcionam como argumentos do verbo mas antes como parte integrante do SV predicado.

(41) a. Elle a des frères.

b. ^{*} Elle a les frères.

c. Le chien a *la rage*.

* GUERÓN não define inacusatividade. Presume-se que ela esteja usando a noção como foi estabelecida por PERLMUTTER e retomada por BURZIO⁵ como "verbos ergativos", i.e., verbos que subcategorizam um SN-complemento mas não atribuem Caso e não têm um sujeito temático na estrutura-P.

- (42) a. Me faltan todavía dos cosas.
 b. * Me faltan las cosas.
 c. Me duelan *las piernas*.

Como (37) sō cobre os casos de argumentos definidos, os exemplos (41) e (42) mostram a necessidade de se explicar os argumentos permitidos nas sentenças (c). A autora explica a gramaticalidade de (41 c.) contrariamente a (41 b.), porque *avoir la rage* é um predicado complexo onde *la rage* não tem referência isolada. Por outro lado, (42 c) é gramatical em oposição a (42 b), porque nas expressões de possessão inalienável, o SN que denota a parte do corpo não é referencial.

GUÉRON remete a BURZIO para concluir sobre a inacusatividade (ou ergatividade) do verbo *avoir*. Somente um verbo cuja entrada lexical contém um traço para o papel- θ externo pode aparecer na forma passiva. Isto explicaria o contraste em (43), onde *voir* sendo um verbo que atribui um papel- θ a seu sujeito e *venir*, verbo inacusativo, que não atribui.

- (43) a. Jean a été vu.
 b. * Jean a été venu.

Assim, (44 b) e (45 b) são agramaticais pela mesma razão que (43 b).

- (44) a. Il y a un problème.
 b. * Il y a été eu un problème.

- (45) a. Marie a deux frères.
 b. * Deux frères ont été eus par Marie.

Outro argumento usado para identificar os verbos inacusa-

tivos é o clítico reflexivo que só aparece com verbos lexicalmente providos do traço de papel- θ externo.

- (46) a. Jean s'aime.
 b. *Jean se vient.

Constata-se, assim, que o verbo *avoir* não atribui o papel- θ sujeito.

- (47) a. Heureusement que je t'ai.
 b. Heureusement qu'il a lui-même.
 c. Heureusement que nous nous avons.
 d. *Heureusement qu'il s'a.

Um dos objetivos a que GUÉRON se propõe é formalizar uma única estrutura sintática que dê conta do verbo *avoir* no seu uso de auxiliar, existencial e de posse. Para isso, propõe que as frases com *avoir* regem uma pequena oração (small-clause). Define pequena oração (P.O. daqui em diante) como uma estrutura provida de sujeito e predicado à qual falta o nódulo "Flexão".

O verbo *avoir* auxiliar rege uma P.O. tendo o estatuto de um sintagma verbal como vemos em (48 b) estrutura profunda de (48 a).

- (48) a. Jean a chanté.
 b. e a _{SV}(Jean chanté).

O verbo *avoir* existencial também domina um SN de dois galhos. Assim, a estrutura-P de (35 a) seria (49).

- (49) e avoir (y un problème)
 SN₁ SN₂

O elemento locativo *Y* ocupa a posição de sujeito estrutural da

P.O. e o SN referencial *un problême*, a posição de predicado estrutural.

No entanto, a análise apresenta problemas. Esta estrutura não permite interpretar SN_2 que não recebe papel- θ do verbo *avoir* e não conta como predicado. A estrutura contrária, portanto, o critério- θ de CHOMSKY.

(50) Critério θ - Cada expressão referencial deve fazer parte de uma cadeia à qual é atribuído um papel- θ .

GUÉRON justifica a gramaticalidade de (35 a) substituindo (50) por (51).

(51) Um SN não pode ter um valor referencial a menos que:
 a) pertença a uma cadeia que receba um papel- θ , ou
 b) se interprete como uma variável sob o domínio de um quantificador existencial.

Propõe, assim, que o elemento locativo *y* em (49) funcione como um quantificador existencial, o que permite e exige que SN_2 seja interpretado como uma variável.

(52) O sujeito de uma P.O. só funciona como argumento se seu predicado lhe atribui um papel- θ .

A partir da assunção de que o sujeito de uma P.O. pode funcionar quer como argumento, quer como operador e do princípio (52), GUÉRON conclui que: a) SN_2 é referencial e um SN referencial não pode ser interpretado como predicado; b) SN_1 não está em posição argumental. Assim, *y* pode servir de operador existencial ligando SN_2 .

A análise apresentada para (35 a) é generalizada para

(36 a). A única diferença é que o operador que se interpreta como locativo na primeira sentença, se interpreta como benefactivo na segunda. Não vamos aprofundar aqui esta análise porque a estrutura de posse não está em discussão.

Achamos necessário fazer algumas considerações sobre a análise de GUÉRON. Ela parte de estruturas com o verbo *avoir* e generaliza o EI como característica de todos os verbos inacusativos. Os argumentos utilizados para estabelecer o verbo em questão como inacusativo são válidos também para o português.

- (53) a. * È havido um problema.
 b. * Dois irmãos são tidos por Maria.
 c. * Felizmente que ele se tem.

Como vimos, a passiva e a utilização do clítico reflexivo são impossíveis com estes verbos. Seriam estes critérios suficientes para concluirmos que estes verbos são inacusativos ou ergativos? BURZIO⁵, ao postular os verbos ergativos no italiano, utiliza outros critérios além destes. O conjunto destes critérios precisam, portanto, ser cuidadosamente analisados para que se possa estabelecer esta classe de verbos em outras línguas. Em italiano, por exemplo, a cliticização do *ne* e a relação do auxiliar *essere* seriam outras marcas de inacusatividade. Seria necessário, pois, uma análise mais cuidadosa para se classificar estes verbos como ergativos já que em português esta análise, segundo nos consta, não foi realizada. Outro ponto a ser considerado é que na maioria dos exemplos apresentados por BURZIO, os verbos ergativos têm um sujeito na estrutura-S que seria o objeto direto na estrutura-P. Para postular a ergatividade dos verbos *ter* e *haber*, uma análise mais profunda sobre o estatuto

do SN que ocorre junto a eles seria necessária.

Vamos nos deter agora um pouco na noção de referencialidade utilizada por GUÉRON. A autora não deixa claro em que sentido utiliza o termo referencial. Se buscarmos esta noção no interior do quadro da gramática gerativa, teoria utilizada por ela, veremos que qualquer item lexical pleno tem índice referencial, índice este a ser circunscrito no mundo lingüístico. Parece não ser este o caso. Se tomarmos, por outro lado, esta noção na acepção usada pela semântica de que o referencial teria um correspondente num mundo real ou possível, ficaria difícil sustentar a não referencialidade das expressões de possessão inalienável exemplificadas em (41 c) e (42 c). A posição assumida pela autora toma a proporção de um mecanismo *ad hoc* para que a análise possa dar conta dos dados.

No decorrer da análise, torna-se necessário postular uma série de princípios para resolver o problema apresentado. Seria prudente checarmos o nível de generalidade destes princípios para que isto não venha diminuir o poder explicativo da gramática. A substituição de (50) por (51), por exemplo, não é suficientemente justificada. Ao que parece, o critério- θ é alterado por razões extremamente localizadas. Ou ainda, a letra (b) de (51): um locativo interpretado como quantificador e um SN pleno interpretado como uma variável. Será possível justificar, independentemente do caso de *avoir*, esta assunção?

Outra restrição que fazemos à análise de GUÉRON é que a estrutura-P apresentada para SES fica difícil de ser generalizada para línguas que não apresentam este elemento locativo de forma explícita. Poderíamos aventar a possibilidade de um locativo "dummy" referido por KUNO.¹⁷ Até onde permite nosso conhe-

cimento sobre o modelo gerativo, esta possibilidade é problemática. Parece que o fato de se interpretar o locativo como um clítico, como faz GUÉRON no francês e BURZIO no italiano, autoriza a categoria vazia na posição de sujeito. Ficaria difícil, portanto, pensar em um locativo vazio neste contexto sintático.

Mencionamos, no início deste capítulo, a nossa intenção de dar conta das SEs com SNs definidos já que a sua aceitabilidade é um fato. A análise de GUÉRON parece não contribuir para este objetivo. Teríamos que repensar o critério (37), argumento central na análise do EI em francês, pois ele não nos permite concluir nada sobre o assunto.

Sendo assim, procedemos à apresentação da análise de MILSARK, análise esta que apesar de ser muito anterior à de GUÉRON, se apresenta como um clássico no que se refere a estruturas existenciais e tem ainda despertado o interesse de muitos lingüistas.

2.3 - A Restrição do Definido em MILSARK.

MILSARK²⁴ denomina Restrição do Definido a impossibilidade de certos tipos de SNs, caracterizados como integrantes da "classe dos definidos", ocorrerem na coda* de uma SE, como mostra o exemplo (54).

- (54) a. There is a wolf at the door.
 b. * There is the wolf at the door.
 c. There were several people cycling along the creek.
 d. * There were John and Mary cycling along the creek.

* Segundo a terminologia de MILSARK, coda é todo material à direita de *be* nas SEs.

A gramaticalidade de (54 b) e (54 d) é comentada por MILSARK em nota à parte como um fato que deve inspirar cuidados e estudos mais específicos:

I am aware that sentences such as (1 b) [=54 b] and perhaps (1 d) [= 54 d] are acceptable under a particular reading, for instance in a discourse such as:

(i) What else is there to worry about?

Well, there's the wolf at the door.

Such sentences raise interesting questions, but I do not have anything very defensible to say about them at present. It seems likely, however, that they could turn out to provide indirect support for the analysis of the definiteness restriction ... in that the analysis does not characterize examples such as (1 b, d) [= 54 b,d] as syntactically ill-formed, but rather claims that they are logically senseless under normal circumstances. Such an account seems more likely to lead to an eventual explanation of examples like (i) than does an analysis in which the definiteness restriction is regarded as syntactic. (MILSARK, p. 4).²⁴

MILSARK descarta assim o compromisso de dar conta desse fato, preocupando-se apenas em explicar os contrastes apresentados em (54).

Procura argumentar que atribuir a impossibilidade do indefinido a uma regra (à regra de inserção do *there*^{*}, por exemplo) não é uma solução satisfatória pois seria certamente um mecanismo *ad hoc* prejudicando o nível explicativo da gramática. Assim, estabelecer que SNs definidos não podem ser reordenados por uma regra sintática acarretaria problemas, pois este fato não decorre de considerações mais gerais e não se explica por que a propriedade particular "ser definido" deveria ser mais relevan-

* Regra de inserção do *there* apresentada por MILSARK: o *there* é inserido no lugar do SN deslocado para a esquerda da sentença:

X	NP	Y	be	Z
1	2	3	4	5
1	<i>there</i>	3	4	2 5

te que outras milhões de propriedades imagináveis que poderiam ser isoladas em SNs individuais.

MILSARK considera que a maior dificuldade diz respeito à noção de definido em si, uma noção não muito clara na teoria lingüística. Tradicionalmente é usada somente na discussão sobre o contraste formal entre determinantes definidos e indefinidos. No sentido mais amplo usado pelos lingüistas, esta noção inclui nomes próprios, pronomes anafóricos, sintagmas com determinantes possessivos e demonstrativos, além do artigo definido. A única motivação coerente que é dada para a inclusão destes tipos de SNs em particular sob o título "definido" é a sua similaridade distribucional. Torna-se necessária, portanto, uma explicação de que há de conceptualmente comum entre estes sintagmas que formam a classe em questão.

Esta necessidade de caracterizar melhor a noção de definido levou MILSARK a estabelecer uma restrição mais ampla, partindo da análise de problemas levantados pelos exemplos seguintes:

- (55) a. * There was everyone in the room.
 b. * There were all viewpoints considered.
 c. * There is anything John would do for you.
 (cf. Anything John would do for you would have
 do be trivial).
 d. * There was each package inspected.

A partir da constatação de que SNs definidos são bloqueados nas SEs, teríamos que concluir que os SNs *everyone*, *all viewpoints*, *anything* e *each package* pertencem a esta classe. No entanto, não é comum a referência a estes SNs na discussão sobre a noção de definido. Se os considerarmos assim, a classe de SNs de-

finidos deveria ser ampliada para incluí-los tomando por base puramente a sua distribuição sintática; se não o são, a restrição deve ser revisada e alguma outra noção deve entrar em jogo. Ainda assim, o problema permanece: por que este tipo de SN? O que eles têm em comum com artigo definido, determinantes possessivos e demonstrativos que os torna similares?

MILSARK chama a atenção para o fato de que estes SNs partilham uma propriedade semântica óbvia: todos eles contêm quantificadores universais de um ou outro tipo. Teríamos, deste modo, a vantagem de utilizar uma noção mais conhecida como quantificação para realizar o bloqueio de SEs agramaticais. Mesmo assim, o problema referente ao mecanismo gramatical pelo qual a noção de universalidade influenciaria a regra sintática que justificaria por que SNs quantificados universalmente deveriam ser classificados como SNs definidos, permaneceria insolúvel.

Ao adicionar à restrição do definido a observação de que SNs quantificados universalmente são excluídos das SEs, a interpretação universal seria, também, impossível em tais sentenças. MILSARK comprova este fato tomando SN plural e SN incontável (*mass NP*) sem um determinante expresso como:

(56) a. Coffee is tasty.

b. Unicorns like popcorn.

(57) a. We found coffee in the pot.

b. Unicorns came crashing out of the woods and surrounded us.

Nos exemplos em (56), a proposição em questão é verdadeira para *café* e *unicórnios* em geral. Em (57), no entanto, pare-

ce não ser este o caso. Em resumo, estes SNs podem ser interpretados como universal ou não-universal dependendo de fatores contextuais.

Se os SNs em questão figuram em SEs, parece óbvio que somente a leitura não-universal é possível:

- (58) a. There is coffee on the stove.
 b. There are unicorns in every wood.

Assumindo como correto o fato de que SNs quantificados são excluídos da coda das SEs, chegaríamos a uma classificação dos tipos de SNs de acordo com sua aceitabilidade em tais contextos. MILSARK utilizou os termos "fraco" e "forte" para se referir aos tipos permitidos e proibidos, respectivamente, para evitar a confusão do termo definido. Entre os termos "fracos" estariam os SNs introduzidos por artigo indefinido, determinantes numéricos, determinante \emptyset de SN plural ou SN incontável em leitura não-universal; entre os "fortes" teríamos os SNs introduzidos por artigo definido, demonstrativos, possessivos, *all*, *every*, *each*, determinante \emptyset em leitura universal.

Torna-se importante identificar, portanto, se há uma similaridade semântica que caracterizaria a propriedade que impede ou permite estes SNs de figurarem nas SEs.

MILSARK vai buscar em CHOMSKY (apud MILSARK)²⁴ a observação de que a análise semântica do determinante definido *the* que é familiar na tradição lógica, é inadequada, a princípio, para os propósitos da teoria lingüística. Esta análise define como propriedade crucial do *the* o fato de denotar uma entidade única e isto teria o poder de explicar apenas as descrições singulares; o SN definido plural como *the men who were presente* ou *the last*

three trains to Germantown, etc., permaneceria fora do seu escopo. CHOMSKY argumenta que estaríamos mais perto de uma explicação adequada do *the* se o tomássemos não como um marcador de unicidade, mas como uma expressão de quantificação universal. Assim, a intuição de que o SN definido singular nomeia uma entidade única pode ser vista como uma consequência natural da quantificação universal sobre uma classe unitária.

MILSARK assume como verdadeira esta observação e conclui ser possível unificar a lista dos termos "fortes" sob a rubrica "universal", dispensando, pelo menos para estes propósitos, a noção de definido.

It would then be possible to say that a NP is blocked from appearance in post copular position of an ES (existential sentence) if and only if it contains universal quantification. The definiteness restriction then becomes a "universality restriction", which, though still unexplained, at least provides a clearer idea of what needs to be explained about the interaction of ES and NP types (MILSARK, p. 9).²⁴

Por outro lado, uma redução similar seria possível na lista que engloba os termos fracos. Pode-se tomar o determinante indefinido *a* como uma forma especial do determinante numérico *one*. A diferença entre os membros mais óbvios desta classe, como os números e outras palavras como *algum*, estaria somente em uma vagueza maior sobre a quantidade exata que eles denotam. A partir dessas observações, MILSARK vai se referir à lista dos termos fracos como "palavras cardinais".

MILSARK atribui a Restrição do Predicado* a dois princí-

* A Restrição do Predicado proposta por MILSARK diz respeito à derivação das Sentenças (I) de (II):

(I) There is a wolf at the door.

(II) A wolf is at the door.

pios independentemente motivados da gramática do inglês: o princípio que regulamenta o fato de que propriedades podem ser predicados de SNs fortes ou SNs universalmente quantificados e à chamada Restrição do Definido sobre o SN das SEs.

Uma predição importante na teoria da Restrição do Predicado é que os SNs que ocorrem nas SEs não podem ser sujeitos de predicados-propriedade ou, pelo menos, não devem ter a mesma leitura. É importante lembrar este fato, para compreender a análise de alguns exemplos que, aparentemente, contrariam esta predição.

- (59) a. Some people are jackasses.
 b. There are some people in the bedroom.

Esta derivação feita através da regra de inserção do *there* apresenta exceções: quando a ocorrência do *be* é a cópula de uma sentença predicacional como formaliza (III).

- (III) SN X Cópula PRED, onde predicado domina SA ou SN.
 (IV) a. *Linguists are intelligent.
 b. There are linguists intelligent.

Hã, ainda, sentenças que são paralelas às sentenças do tipo (IV b) e, no entanto, são gramaticais.

- (V) a. (All over the world) there are people hungry.
 b. (After the basket) there were several people sick.

Diante destes dados, MILSARK estabelece dois tipos de predicados: a) *estado-descriptivos* os que parecem denotar estados, condições em que as entidades se encontram e que são sujeitas a mudanças sem nenhuma alteração essencial da entidade. Estes permitem a inserção do *there*; b) *predicados-propriedade*: descrições que definem algum traço possuído pela entidade e que é assumido de forma mais ou menos permanente, ou, pelo menos, se constitui de tal forma que uma alteração na descrição provocará uma mudança significativa no caráter da entidade. Estes predicados bloqueiam a inserção do *there*.

MILSARK demonstra que algum princípio semântico parece bloquear orações da forma "SN fraco -be- propriedade" e generaliza o fato da seguinte maneira:

(VI) Propriedades somente podem ser predicados de SNs fortes. Deste modo, conclui que para funcionar como sujeito de um predicado-propriedade, o SN deve ser forte; para sofrer a regra de inserção do *there*, ele deve ser fraco. Como defende na Restrição do Definido que somente SNs fracos poderão aparecer nas SEs, decorre daí que predicados denotando propriedade não poderão figurar nestas sentenças.

- (60) a. Many people are gracious.
 b. There were many people at the creek.

Estes exemplos parecem constituir uma violação do que foi dito, pois os SNs *some people* e *many people* ocorrem tanto em SES como na posição de sujeito de sentenças contendo um predicado-propriedade. Esta observação pode ser estendida a uma série de quantificadores indefinidos.

Este fato leva MILSARK a atribuir duas leituras diferentes a estes determinantes, baseando-se em análises feitas por POSTAL (apud MILSARK, p. 6).²⁴ A primeira leitura que apresenta o *some* designado *sm* por POSTAL, ocorre em sentenças do tipo:

- (61) Some (= *sm*) salesmen walked in.

Esta sentença enuncia um ato de entrar realizado por um número indeterminado mas não muito grande de vendedores. A mesma sentença com uma segunda leitura de *some*, designado *some* em oposição a *sm* por POSTAL, diria algo diferente.

- (62) Some (= *some*) salesmen walked in.

Esta sentença diz que, da classe dos vendedores, um subconjunto com um tamanho tal que possamos nos referir a ele como termo *some* executou a ação de entrar e pressupõe uma forte sugestão de que algum outro grupo do mesmo conjunto, ao contrário, permaneceu fora ou está de alguma maneira excluído da situação descrita. O significado de *some* poderia ser parafraseado por *some (but not others)*. Nesta leitura, a sentença (62) ficaria muito próxima de (63).

- (63) Some of the salesmen walked in.

Voltando ao exemplo (59), parece claro que o sentido de *some* em (59 a) é o segundo. A sentença diz somente que alguns membros da raça humana, opostos a outros, são *jackasses*. A substituição pelo outro sentido (*sm*) e sua leitura de número indefinido de pessoas, nada mais, tornaria a sentença sem sentido. Assim, *sm* deve ser classificado como um determinante fraco e *some* como um determinante forte. A mesma observação deve ser feita a *many* e a outros quantificadores indefinidos.

A esta altura, MILSARK revisa a classe dos SNs fortes e inclui nela os SNs introduzidos por: termos de quantificação universal tais como *each, every, all*; determinantes definidos; a leitura universal do determinante \emptyset de SN plural e SN incontável; o quantificador *most*; o sentido de *some vs. others, many vs. others* de *some* e *many*, junto com as leituras análogas de expressões similares tais como *lots of, few, plenty of*. O que há de comum entre eles é que todos e somente os membros do grupo forte são vistos como expressões de quantificação; os itens do grupo fraco, ao contrário, são melhor identificados como expressões de cardinalidade.

A consequência mais importante de encarar a distinção fraco/forte como uma distinção entre quantificadores e palavras cardinais é o fato de que isto nos permite explicar a Restrição do Definido nas SEs. MILSARK assume que a expressão *there be* nas SEs é equivalente à expressão de quantificação existencial. Assim, uma SE, contendo um SN forte teria duas quantificações sobre o mesmo SN, uma da expressão existencial *there be* e outra do determinante forte. Como é de se esperar, uma proposição em tais condições seria anômala. Por outro lado, se o SN na SE tem um determinante fraco, há somente uma quantificação: a do termo

existencial *there be*. Assim, violações desta restrição seriam eliminadas da gramática por causa da impossibilidade de interpretação e não haveria necessidade de estabelecer a Restrição do Definido como fato independente.

MILSARK apresenta, aparentemente, uma análise tentadora para dar conta das restrições sofridas pelo SN de uma SE. Através do critério distribucional, sintetiza a similaridade semântica dos SNs fortes e fracos na Restrição de Quantificação. São necessárias, no entanto, algumas ponderações a respeito.

O autor admite a aceitabilidade de sentenças do tipo (54 b) e (54 d) em um tipo particular de leitura mas alega que são expressões sem um sentido lógico em circunstâncias normais. Precisaria, provavelmente, explicitar melhor o que seria uma "circunstância normal" na língua. Seria somente o fato de não precisarmos apelar para o contexto ao concluir sobre a boa ou má formação de uma sentença? Deve ser este um critério a nortear uma análise lingüística? Haveremos de convir que a noção "circunstância normal" é muito vaga para deixarmos este dado de lado. Apesar de reconhecer que não são sintaticamente mal formadas, no decorrer da análise MILSARK vai concluir pela agramaticalidade destas sentenças já que o artigo definido introduz SNs fortes ou, pelo menos, pela sua impossibilidade de interpretação.

Outro ponto a ser levantado, seria a relação dos artigos definido e indefinido e a noção de quantificação. Considerar o artigo definido como um quantificador universal constitui de certa forma, uma complicação para a semântica. Atualmente, teríamos muitas outras abordagens deste artigo que dariam conta do definido plural e não apenas aquela que lhe atribui como única propriedade o fato de denotar uma entidade única. Poderíamos

dizer que CHOMSKY está errado e que MILSARK reitera o erro. Ao postular o artigo definido como quantificador, CHOMSKY retoma a postura aristotélica que assimilava os termos singulares aos universais. Esta postura cria problemas desde Aristóteles e a questão só foi resolvida com FREGE e a teoria da quantificação. A lógica moderna mostrou que esta assimilação criava paradoxos.

(64) a. É falso que todo homem é músico.

b. É falso que Stravinski é músico.

Podemos ver, sem dificuldades, que a proposição em (64 a) é verdadeira e em (64 b) é falsa. O paradoxo constitui em afirmar que a proposição é verdadeira para todo homem e falsa para um homem.

Os enunciados singulares "Sócrates é um homem" e "Sócrates não é um homem" eram artificialmente assimilados às formas Universal afirmativa e Universal negativa ("Todos os Sócrates são homens" e "Nenhum Sócrates é homem") — um defeito bastante grave da teoria lógica tradicional, uma vez que a diferença de forma entre enunciados singulares e enunciados gerais reveste-se de uma importância crucial para os desenvolvimentos lógicos modernos, em particular para a análise das relações e do conceito de número. (PUTNAM, p. 16).²⁹

Se considerarmos o artigo definido como um quantificador, teríamos, certamente, dificuldade em explicar o exemplo (65), possível em português, pois este seria também um caso de dupla quantificação.

(65) Todo o quarto será pintado.

Outro fato a ser levantado na análise de MILSARK é a dificuldade de se precisar e diferenciar leitura quantificada de leitura não quantificada. O próprio autor reconhece esta tare-

fa como a *devilishly subtle business*. À primeira vista o acento poderia ser uma marca da leitura quantificada distinguindo *sm* de *some* mas, como ele mesmo pondera, este não é um teste apropriado para se fazer a distinção pois em alguns casos, mesmo a leitura não quantificada (*sm*), para se contrastar de alguma outra quantidade (*some, but not many*) provoca um acento forte no determinante.

In general, it seems to be the case that absence of stress is a reliable indicator of the *sm* reading, but that both readings may under certain conditions receive stress. Substitutability by *some of the* seems to be another partial test; If *some of the* may be substituted, the reading is *some*, but not the converse. The reason for this one-way implication is that the presence of *the* seems to imply a limitation of the set. (MILSARK, p. 19).²⁴

Outro impasse apontado por MILSARK nesta análise é a representação lógica de sentenças do tipo (66).

(66) *Sm* unicorns appeared on the horizon.

Se *sm* não é realmente um marcador de quantificação, precisaríamos presumivelmente estabelecer que o SN sujeito de (66) recebe uma quantificação de alguma outra fonte ou manter que o SN é simplesmente não quantificado. Por várias razões, o autor admite que se persistisse na primeira alternativa, isto levaria à incoerência. A segunda, no entanto, tornaria a interpretação da sentença (66) inexpressiva dentro do formalismo do cálculo de predicados. MILSARK ressalta, ainda, a dificuldade ou impossibilidade de mostrar em casos particulares que diferentes interpretações de pares do tipo *sm/some* refletiriam diferentes condições de verdade.

Em muitas línguas, o verbo que figura nas SEs é correspondente ao SER/ESTAR do português. Portanto, nas análises examinadas, aparece normalmente uma relação de derivação entre as formas (67 a) e (67 b).

- (67) a. Há um lobo na porta.
 b. O lobo está na porta.

Em português, estabelecer uma relação sintática entre estas estruturas não é uma tarefa simples pois são dois verbos diferentes. Devemos, no entanto, concordar que há uma estreita relação semântica entre elas. Esta similaridade, porém, é atenuada quando envolve adjetivos.

- (68) a. Lingüistas são inteligentes.
 b. Há lingüistas inteligentes.
 c. Lingüistas são socialistas.
 d. Há lingüistas socialistas.

O exemplo (68 b) além de afirmar a existência de lingüistas e atribuir a eles a qualidade inteligente, pressupõe que há outros lingüistas que não são inteligentes. Esta leitura não pode ser inferida a partir de (68 a). O mesmo seria observado em relação a (68 c) e (68 d).

A observação de MILSARK sobre a Restrição do Predicado não se aplica ao português. A restrição prediz que o constituinte que segue o SN na coda deve denotar um estado temporário em vez de uma propriedade. Os dados que o levaram a tal postulação são do tipo:

- (69) a. There was a man sick
 b. * There was a man tall.

MILSARK explica esta relação como um epifenômeno da 'Restrição do Definido. Não podemos atribuir propriedades aos SNs cardinais ou fracos mesmo nas construções de cópula regular.

- (70) a. A man was sick
 b. * A man was tall.

Em português, podemos ter sem problemas:

- (71) a. Há um homem doente.
 b. Há um homem alto.

STOWELL³⁷, analisando estas estruturas, aceita inteiramente o que foi proposto por MILSARK fazendo, apenas, algumas alterações na regra de inserção do *there* para poder dar conta de algumas outras restrições sintáticas relacionadas com o verbo *to be* que ele acrescenta. Quanto à restrição do definido, ele diz:

Essentially, I accept Milsark's analysis here; the definiteness restriction results from a conflict in quantification between the existential quantifier *there* and the definite universal quantifier on the NP. The present analysis is entirely consistent with this explanation, since I adopt a revised version of Milsark's *E-rule* which has the same quantificational properties. (STOWELL, p. 467).³⁷

REULAND³⁰ comenta que a análise de MILSARK serve ainda de base para trabalhos recentes sobre o assunto colocando, no entanto, objeções. A idéia básica de MILSARK consiste em que a interpretação de *there be* é a de um quantificador existencial. O quantificador deve ter uma variável para ligar. Dado que a existência é predicado de um SN restringido, este deve prover uma variável para o quantificador existencial. Como consequência, o especificador deste SN restringido não pode ser ele mes-

mo um ligador (*binder*). Assim, apenas especificadores admitindo uma interpretação absoluta são permitidos. A proposta de MILSARK, observa REULAND, se apóia fortemente no fato de *there be* ser interpretado como um quantificador existencial. Seria difícil, portanto, generalizar para outras línguas que não têm um elemento como o *there* e para construções com outros verbos diferentes de *be*.

A aparente coerência da análise de MILSARK pode ser desarticulada se pensarmos um pouco o seu raciocínio. Sua intenção é reduzir, distribucionalmente, os SNs definidos (SNs introduzidos por artigo definido, possessivos ou demonstrativos), os SNs com quantificador universal, os SNs constituídos por nome próprio e os SNs plurais ou incontáveis com determinante \emptyset na leitura universal a uma única classe: SNs fortes. A partir disso, propõe que a propriedade semântica que reúne os SNs fortes é a quantificação universal. Considerando o *there be* das SEs um quantificador universal, explica o bloqueio dos SNs fortes nas SEs como um caso de dupla quantificação.

Sobre este procedimento, podemos frisar alguns problemas. O critério distribucional para a definição dos SNs fortes é o bloqueio nas SEs e, ao mesmo tempo, a razão do bloqueio dos SNs nas SEs é o fato destes serem SNs fortes. MILSARK incorre em uma falácia denominada *petitio principii* ao tentar estabelecer a verdade de uma proposição reduzindo a proposição em questão como conclusão.

Por vezes, uma cadeia de numerosos argumentos é usada na tentativa de estabelecer uma conclusão. Assim, uma pessoa pode argumentar que Shakespeare é maior escritor do que Spillane, porque as pessoas com bom gosto literário preferem Shakespeare. E se lhe for perguntado como é que

se definem as pessoas com bom gosto literário, a resposta será que tais pessoas se identificam pelo fato de preferirem Shakespeare a Spillane. Trata-se, pois, de um raciocínio circular que incorre na falácia de *petitio principii*. (COPI, p. 84).⁶

A análise de MILSARK amplia o problema da restrição dos SNs nas SEs levantando a questão da quantificação. Este é um dado que deve ser levado em conta. A forma de abordá-lo, no entanto, deve ser revisada.

2.4 - A Restrição em Português

Os dados apresentados por MILSARK levam-nos a levantar a questão da quantificação.

- (72) a. * Havia cada um na sala.
 b. * Havia a maioria dos alunos presentes.
 c. * Há grande parte dos problemas resolvidos.
 d. * Há todos os pontos de vista considerados.

Diríamos, inicialmente, que os SNs quantificados são excluídos das SEs. No entanto, não podemos ignorar que alguns quantificadores são possíveis.

- (73) a. Há alguns alunos na sala.
 b. Há muitos alunos na sala.
 c. Há vários alunos na sala.

Nosso objetivo, daqui em diante, é analisar estes e outros dados do português e apresentar uma análise que possa explicá-los.

Dissemos, no início deste capítulo, que, apesar de muitas

análises concluírem o contrário, os SNs definidos não tornam uma SE inaceitável. Resta estabelecer em que diferem as SEs com SNs definidos das SEs com SNs indefinidos. Mostramos as propostas de GUÉRON e MILSARK e os problemas que temos se pensarmos em aceitá-las. Ambos fazem uma abordagem sintático-semântica do problema. Acreditamos que qualquer restrição nas SEs, se existir alguma, não é uma restrição sintática. No capítulo 3, estes dados serão reinterpretados dentro de uma proposta semântico-pragmática que, a nosso ver, consegue de forma coerente explicar o problema.

3 - OUTRA PROPOSTA DE ANÁLISE DAS SEs

Propor uma análise que dê conta de todas as peculiaridades das SEs não é uma tarefa fácil. O que podemos notar através dos dados apresentados pelas diferentes abordagens que vimos é que estas sentenças exibem um padrão comum em muitas línguas. Ou, como observa REULAND³⁰, muitas (ou possivelmente todas as) línguas possuem pelo menos um tipo de sentença que se encaixa numa forma comum como expressão canônica das SEs. Esta é uma questão que surpreende os lingüistas além de que se pode notar que línguas tão diferentes como chamorro, chinês, holandês, inglês, italiano e húngaro (cf REULAND, p. 2)³⁰ partilham a propriedade de que a posição canônica de sujeito, embora preenchida lexicalmente em algumas delas, não é temática e que o "sujeito temático" é realizado diretamente em construção com o verbo.

Nosso propósito, neste capítulo, é chegar a uma abordagem que explique o caráter peculiar destas sentenças e a sua função na língua tendo em vista os dados do português.

3.1 - Sentenças existenciais como sentenças apresentativas

GUÉRON¹³ propõe regras de interpretação semântica com duas formas lógicas (FL), a saber:

3 - OUTRA PROPOSTA DE ANÁLISE DAS SEs

Propor uma análise que dê conta de todas as peculiaridades das SEs não é uma tarefa fácil. O que podemos notar através dos dados apresentados pelas diferentes abordagens que vimos é que estas sentenças exibem um padrão comum em muitas línguas. Ou, como observa REULAND³⁰, muitas (ou possivelmente todas as) línguas possuem pelo menos um tipo de sentença que se encaixa numa forma comum como expressão canônica das SEs. Esta é uma questão que surpreende os lingüistas além de que se pode notar que línguas tão diferentes como chamorro, chinês, holandês, inglês, italiano e húngaro (cf REULAND, p. 2)³⁰ partilham a propriedade de que a posição canônica de sujeito, embora preenchida lexicalmente em algumas delas, não é temática e que o "sujeito temático" é realizado diretamente em construção com o verbo.

Nosso propósito, neste capítulo, é chegar a uma abordagem que explique o caráter peculiar destas sentenças e a sua função na língua tendo em vista os dados do português.

3.1 - Sentenças existenciais como sentenças apresentativas

GUÉRON¹³ propõe regras de interpretação semântica com duas formas lógicas (FL), a saber:

(74) Sentença predicativa

(_S (NP) (VP)_S)

(75) Sentença apresentativa

(_S VERB_i (_S (NP) (... v_i...))_S)_S (GUÉRON, p. 651)¹³

A FL de uma sentença predicativa corresponde termo por termo à sua estrutura de superfície enquanto que a de uma sentença apresentativa é derivada por uma regra de movimento que faz a adjunção do verbo à esquerda da sentença.

Esta operação muda as relações de escopo entre o sujeito e o verbo. Em uma sentença predicativa, o SV fica no domínio de c-comando do sujeito, enquanto que em uma sentença apresentativa, o sujeito está no escopo do verbo.

Uma segunda regra semântica interpretaria estas sentenças.

(76) Interpretação de sentenças predicativas e apresentativas.

- a. Sentença predicativa. O sujeito se refere a um indivíduo ou objeto (ou ao conjunto deles) cuja existência no mundo do discurso é pressuposta: **sujeito temático**. O SV denota uma propriedade do sujeito temático.
- b. Sentença apresentativa. O SV denota, essencialmente, a aparição do sujeito no mundo do discurso.

GUÉRON propõe que as sentenças em (77) sejam sujeitas à regra interpretativa (76 b).

- (77) a. **appeared** a man (FL da sentença apresentativa A MAN APPEARED)
- b. **There is** a man at the door (Inserção do THERE)

- c. *il est arrivé un homme.* (Posposição do SN em francês).
- d. *il y a un homme à la porte* (IL Y A) (= b)

Partindo da análise de MILSARK de que *there be* deve ser interpretado como um quantificador existencial, GUÉRON sugere que esta proposta deve ser estendida a todas as partes em negrito do exemplo (77) com a seguinte cláusula: o operador \exists , traduzido pelo predicado *existe*, corresponde a um conjunto amplo de predicados na língua natural, ou seja, a todos os predicados que, no contexto, satisfazem a noção de "aparição no mundo do discurso". Se tal semântica é adotada, isto implica que enquanto há uma estreita relação entre a lógica e a semântica de língua natural, a primeira é sistematicamente mais restritiva que a última.

GUÉRON observa, ainda, que adjunção do verbo é uma regra da gramática núcleo (*core grammar*).^{*} Uma regra que adjunge um verbo à S, criando a FL (75) é independentemente necessária na sintaxe para derivar construções causativas em francês. Partindo da assunção de que há regras na FL que são idênticas às regras sintáticas, não custa nada adicionar a adjunção do verbo à gramática do inglês, por exemplo, mesmo que ela opere somente a nível da FL nesta língua. Justificar a interação da FL (75) com as regras e princípios da gramática núcleo é tão importante quanto a possibilidade de interpretá-la em termos de lógica.

A restrição da lógica em relação à linguagem natural é um

^{*} No quadro da Teoria da Regência e Ligação, a gramática núcleo (*core grammar*) constitui um construto idealizado que faz a abstração da heterogeneidade existente no âmbito de cada comunidade linguística. Em interação com outros componentes do cérebro humano, a gramática núcleo gera uma língua dada. (cf LOBATO, p.399).¹⁸

fato que já foi observado por muitos lingüistas e filósofos. O procedimento essencial da lógica é fazer corresponder a toda proposição uma e somente uma fórmula simbólica padrão mesmo que esta proposição seja representada por enunciados diferentes na linguagem natural comportando nuances de sentido que impedem utilizá-los nas mesmas situações e com as mesmas intenções.

DUCROT¹¹ afirma que a função fundamental da língua, supondo-se que exista tal função, não é de ordem lógica, ou seja, detecção das possibilidades inferenciais inerentes aos conteúdos expressos. Isto não implica, no entanto, que a língua não tenha uma função lógica que permite ao locutor pôr em evidência certos traços inerentes a suas representações e que determinam seu papel na inferência. A atividade lógica se apóia sobre estes traços (cf DUCROT, p. 37).¹¹

Por outro lado, a aproximação da linguagem e do pensamento formal permite uma possibilidade de experimentação que consiste em confrontar a língua de um lado e de outro, modelos formais constituídos independentemente dela. Os fatos produzidos por essa experimentação concernem à interação das duas realidades confrontadas. Através da correspondência entre o fenômeno lingüístico e o sistema formal, podemos precisar quais aspectos do fenômeno lingüístico é necessário negligenciar para que a correspondência seja rigorosa. Além disso, podemos constatar que fenômenos lingüísticos muito diferentes podem ser relacionados com o mesmo modelo ou, ao contrário, que fenômenos semelhantes dizem respeito a modelos formais radicalmente diferentes. "Uma vez que nos desembaraçamos da idéia de que é preciso a qualquer preço encontrar a lógica na linguagem, torna-se possível procurar uma lógica da linguagem" (DUCROT, p. 19).¹¹

A partir disso, podemos questionar a postura de MILSARK assumida por GUÉRON de que *there be* e as expressões grifadas em (77) devam ser interpretadas como um quantificador existencial. Admitir esta possibilidade nos levaria ao reducionismo que configura o perigo fundamental que ameaça as aproximações lingüístico-matemáticas.

Ao aceitar esta interpretação estaríamos aceitando também a quantificação de muitas outras expressões da língua já que todas as sentenças são transcritas com um ou outro tipo de quantificador.

(78) a. O cão é branco.

$\exists x (x \text{ é cão } \cdot x \text{ é branco})$

b. O cão é mamífero.

$\forall x (x \text{ é cão } \rightarrow x \text{ é mamífero}).$

No caso de (78) teríamos que dizer que *o cão* é uma expressão quantificada já que é imperativo a presença de um quantificador para representar tal sentença. Isto, sem dúvida, acarretaria problemas para a lógica e, conseqüentemente, para a semântica das línguas naturais.

QUINE (apud SIMPSON)³⁶ reduz a $(\exists x)$ todos os usos de *existe* na esquematização lógica dos enunciados ordinários, o que corresponde a dizer meramente que não se deve estabelecer nenhuma distinção entre o *existe* de *existem universais*, *existem hipopótamos* e o *existe* de $(\exists x)$, *existem objetos x tais que*. O critério de QUINE equivale a sustentar que, uma vez traduzidos para a lógica quantificacional, todos os enunciados que de algum modo afirmam existência usam $(\exists x)$ com o mesmo sentido, e este é o sentido que implica compromissos ontológicos.

CARNAP (apud SIMPSON)³⁶ diz que deve-se ter em conta que $(\exists x)$ é definível a partir de " (x) ", supondo uma linguagem formalizada com um dado domínio de objetos ou universo de discurso. A partir da especificação deste domínio por regras semânticas, uma afirmação existencial como " $(\exists x) F(x)$ " perderia toda conotação ontológica, pois diria simplesmente "Não é certo que qualquer objeto x é tal que x não é F ." MARTIN (apud SIMPSON)³⁶ enfatiza que o símbolo $(\exists x)$ só adquire significado dentro de uma linguagem artificial perfeitamente definida, com um domínio D para as variáveis, e que é uma mera abreviação da expressão composta " $\sim(x)\sim$ ", que pode ser lida: "Não é o caso que cada x em D não é tal que", ou ainda, " D contém pelo menos um indivíduo x tal que", expressões onde a palavra *existe* desapareceu. Segundo esta colocação, o uso de *existe* é aqui uma mera conveniência, um modo de falar, uma forma abreviada de ler o quantificador $(\exists x)$. Segundo WARNOCK (apud SIMPSON),³⁶ se o critério de QUINE pretende ser um teste destinado à linguagem corrente, então é inaceitável, pois as múltiplas expressões que, na notação lógica, são representadas uniformemente pelo símbolo $(\exists x)$ são usadas com sentidos distintos que nem sempre implicam compromissos ontológicos da existência de entidades; se é aplicável somente a uma esquematização lógica dessa linguagem, então o critério de QUINE não tem alcance filosófico.

Estender a proposta de MILSARK de interpretar *there is* como um quantificador existencial ao português, seria aceitar que verbos como *existir*, *haver*, *ter* e outros que possam integrar a estrutura existencial teriam esta interpretação para podermos, assim, explicar uma restrição de quantificação que sofrem os SNs que acompanham estes verbos. Se assumíssemos esta postura esta-

ríamos incorrendo no reducionismo puro e simples da linguagem natural às leis da lógica o que é uma posição já bastante contestada.

O que nos chama atenção, de modo especial, na explanação de GUÉRON é o estabelecimento da diferença entre sentenças predicativas e sentenças apresentativas e suas respectivas interpretações.

As sentenças predicativas servem para designar uma propriedade relacionada a um sujeito pressuposto no mundo do discurso. Em

(79) João é brasileiro

uma propriedade (brasileiro) é atribuída a um sujeito (João) que se pressupõe ser localizável no mundo do discurso.

As sentenças apresentativas, por outro lado, teriam uma outra função na língua: introduzir um sujeito no mundo do discurso. Como bem representa a FL (75), neste caso, o sujeito fica no escopo do verbo e não pode ser pressuposto ou localizado já que está sendo introduzido.

Apesar de contestarmos a posição de GUÉRON de considerar o predicado das SEs como sendo o mesmo ($\exists x$) da lógica, gostaríamos de enfatizar, no entanto, a sua idéia de demonstrar estas sentenças como sentenças apresentativas conforme a FL (75). É importante pensarmos no SN das SEs como um SN que está sendo introduzido no discurso. Esta idéia nos interessa particularmente para as posições que apresentaremos a seguir. Não conseguimos medir, no entanto, o alcance da afirmação de que, nestas estruturas, o sujeito fica no escopo do verbo. Sabemos que as últimas linhas da Gramática Gerativa preconizam que o sujeito não é subcategoriza-

do pelo verbo. Temos, por outro lado, a certeza de que o SN de estruturas deste tipo coloca sérios problemas no que diz respeito à sua função sintática.

Por hora, ficaremos com a posição de GUÉRON de que as SEs são sentenças apresentativas, como podemos ver em (77), onde o verbo é pragmaticamente esvaziado de todo conteúdo semântico para satisfazer a propriedade de "aparição no mundo do discurso".

3.2 - O SN absoluto das Sentenças Existenciais

Ao apresentarmos a Restrição do Definido de MILSARK, enfatizamos a impropriedade da análise ao tentar agrupar sob o rótulo de quantificados universalmente os SNs proibidos na codade uma SE. A inadequação da análise decorre principalmente da necessidade de provar que a restrição inclui a ocorrência dos SNs definidos, próprios, possessivos e demonstrativos e da proposta de agrupar todos estes SNs como SNs quantificados.

Observamos que este grupo de SNs pode ocorrer nas SEs em contexto bem específico que configuraria uma retomada do discurso, sempre em resposta a uma questão anterior. Assim, não se justificaria a afirmação de que estas sentenças são agramaticais. Consideramos, portanto, as sentenças em (80) como bem formadas e plenamente interpretáveis na língua.

- (80) a. Há o gato na porta.
 b. Há João no parque.
 c. Há meu livro na mesa.
 d. Há estes erros no texto.

Por conseguinte, não precisamos explicar estes termos como restrições das estruturas em questão. Parece óbvio que os exemplos em (80) diferem das SEs que ocorrem em uma situação "normal" de discurso conduzindo a interpretações semânticas específicas, interpretações estas determinadas pelo especificador e pelo contexto.

Resta-nos, ainda, discutir as sentenças com quantificadores apresentadas em (72), repetidas aqui por conveniência, e que, à primeira vista, concluimos serem expressões agramaticais.

- (72) a. * Havia cada um na sala.
 b. * Havia a maioria dos alunos presentes.
 c. * Há grande parte dos problemas resolvidos.
 d. * Há todos os pontos de vista considerados.

BURZIO⁵ observa que os nomes próprios, os possessivos e os definidos não sofrem restrição nas estruturas existenciais do italiano e do piemontês, admitindo, no entanto, a impossibilidade de ocorrência de SNs quantificados, como demonstra (81).

- (81) a. * A lé rivaye tütì. (Piemontês)
 b. * C'erano tutti nel negozio. (Italiano)

Turning now to the definiteness restriction, it is known from literature that both the *there*-construction of English and the *il*-construction of French are ungrammatical with *i*-subjects* like *the dog*, *my dog*, *John*, *he*, etc. As some of our examples have shown, this is not true of any case of inversion in Italian or Piedmontese.

* BURZIO utiliza "*i*-subject" para "*inverted subject*" no seu sentido descritivo, apenas. Isto não implica que uma regra de inversão de sujeito tenha sido aplicada. Propõe como definição de "*i*-subject": "The NP_i in a form ... V_j... NP_i..., such that the verb V_j agrees with NP_i and such that there is a near - synonymous form NP_iV_j..." (BURZIO, p. 22).⁵

However some form of restriction along the lines of the one holding in English and French appears to hold for the constructions with *cí* and *ye*,* though apparently not for the other inversion strategy.

Thus, quantifier phrases like "everyone", which are impossible in English and French, appear to be impossible with *cí/ye* too... (BURZIO, p.134)

No entanto, aceitar uma restrição de quantificação, i.e., o fato de os SNs quantificados serem proibidos nas SEs, torna-se problemático na medida em que precisamos dar conta de exemplos como (73), repetidos aqui por conveniência, onde aparecem quantificadores e nem por isso são sentenças agramaticais.

- (73) a. Há alguns alunos na sala
 b. Há muitos alunos na sala.
 c. Há vários alunos na sala.

Vamos assumir, como fez MILSARK, que os SNs que aparecem em (82) permitem dois tipos de leitura: leitura quantificada e leitura não quantificada.

- (82) a. Alguns alunos entraram na sala.
 b. Muitos alunos entraram na sala.

Em uma leitura natural da sentença, (82 a) nada diz além da constatação de um ato de entrar realizado por um número indeterminado de alunos. Num tipo de leitura quantificada, esta mesma sentença afirma que um número de alunos, um subconjunto de tamanho tal que permite referirmo-nos a ele como *alguns* realizou a ação de entrar e pressupõe que um outro grupo do mesmo

* *Cí* e *ye* figuram nas construções existenciais do italiano e do piemontês, respectivamente. São análogos ao *there* do inglês e ao *y* do francês.

conjunto permaneceu fora ou está de alguma maneira excluído da situação descrita. As mesmas observações podem ser feitas em relação a (82 b).

Já observamos anteriormente a dificuldade de explicitar e diferenciar melhor leitura quantificada de não quantificada. Parece que não teríamos outros critérios além dos apresentados por MILSARK. Em uma leitura quantificada, o sentido de *alguns alunos* ficaria muito próximo do de *alguns*, *mas não os outros* ou *de alguns dos alunos*. REULAND³⁰ utiliza os termos *proporcional* e *absoluta* para descrever estes dois diferentes tipos de leitura. Temos uma leitura proporcional quando há uma extração pressupondo outros elementos do conjunto; leitura absoluta, quando o SN vale por si só. REULAND observa que estas leituras podem nos levar a diferentes condições de verdade.

(83) Muitos homens estão no exército.

Ao usarmos (83) para referirmo-nos a um exército que contém um milhão de soldados, por exemplo, diríamos que esta é verdadeira já que o número é bastante significativo. No entanto, se sabemos que o número total de homens elegíveis para esta situação seria de trezentos milhões, (83) é falsa. Apesar de a leitura proporcional ser a dominante, não podemos negar a possibilidade de uma leitura absoluta.

REULAND utiliza este termo no mesmo sentido que ele é usado na matemática, opondo-se a relativo, ou seja, para estabelecer seu valor não podemos levar em conta os outros elementos circundantes mas devemos estabelecer este valor a partir do mesmo.

Se em (83) temos a possibilidade de interpretar o SN destas duas maneiras, o SN em (84), por sua vez, só permite uma lei-

tura absoluta, i. e., por si sô suficiente para qualificar como *muitos*.

(84) Há muitos homens no exército

Neste sentido, podemos dizer que os SNs das SEs sofrem uma restrição de quantificação. Partindo do princípio de que os SNs do tipo que ocorre em (84) podem ter dois tipos de leitura, propomos que nas SEs a única leitura possível é a absoluta, o que seria o caso das sentenças em (73). Este fato pode ser estendido para os SNs em (72) desde que constatemos que seja possível utilizá-los nestas estruturas ou que possamos criar contextos para elas.

REULAND propõe (85) como a estrutura canônica das SEs partilhada por muitas línguas. O SN^+ é o SN restrito e a sequência $SN^+ - Y$ constitui a coda da sentença.

(85) X Vexist SN^+ Y

As razões para esta restrição são geralmente atribuídas a propriedades específicas de X e/ou Y. REULAND, no entanto, procura levantar questões mais gerais: a) Por que as SEs exibem este padrão comum? b) Por que a posição canônica de sujeito é sempre não-temática nesta estrutura? c) Qual a relação entre este fato e a restrição que ocorre nestas sentenças?

Vamos assumir com REULAND que a restrição que sofrem os SNs das SEs provém da condição sob a qual o SN^+ em (85) deve receber sua interpretação.

3.3 - A Função Especial das Sentenças Existenciais

REULAND argumenta que a restrição de quantificação do SN das SEs decorre de sua condição especial de interpretação já que as SEs possuem a força de efetuar uma mudança no domínio conversacional. Consideremos as condições sob as quais (86) e (87) devem ser avaliadas.

(86) A maioria das estrelas são brancas.

(87) Veja, há uma estrela!

Para avaliar (86), precisamos ter acesso a um inventário de estrelas e determinar quais os membros deste inventário são brancos e se eles constituem ou não a maioria. Portanto, (86) pode e deve ser avaliada em relação a algum domínio conversacional dado. A sentença em (87), ao contrário, não pode ser avaliada desta maneira. Supondo uma situação onde, numa noite clara, alguém está olhando para um determinado ponto do céu e que, naquele momento, nenhuma estrela pode ser vista ali. Repentinamente, uma pessoa próxima profere (87). Não faz sentido avaliar esta sentença no domínio corrente de até então. Em vez disso, (87) é uma instrução para atualizar o domínio corrente, ou seja, alterar um modelo para interpretação no qual não há nenhuma estrela naquele ponto particular do céu para um modelo que corresponde a esta situação. Para seguir (87) como uma instrução de revisar o modelo corrente ou para determinar a aceitação ou não desta instrução, afinal a observação poderia ser falsa, é necessário interpretá-la. Decorre daí que esta interpretação não depende do modelo corrente. Num certo sentido, devemos ser capazes de receber sua interpretação em termos de uma nova informação viável.

The instruction is basically this: Add this element to the domain, and revise the whole model-theoretic structure in accordance with the specifications contained in the sentence. One can think of various metaphors to express the difference between direct interpretation and interpretation in terms of a model, and again of various ways to formalize such metaphors. Perhaps the following one is not too misleading: Whereas in the case of standard declarative sentences the interpretation of the sentence is computed on the basis of properties of the model, in the case of E-sentences* properties of the model are computed on the basis of the interpretation of the sentence (REULAND, p. 7).³⁰

A proposta de REULAND vai ao encontro da proposta de GÜERON ao sugerir que as SEs introduzem um elemento novo no mundo do discurso. REULAND vai mais longe ao sugerir que este fato teria a capacidade de alterar o modelo de interpretação** e, por isso, estas sentenças não podem ser interpretadas com base no modelo corrente. Ao contrário, o modelo é que será ajustado, alterado, reordenado a partir da instrução dada por uma SE.

Segundo REULAND, decorre deste fato o estatuto especial do SN destas estruturas, ou seja, a impossibilidade de termos uma leitura quantificada neste ambiente. Se um SN é entendido

* E-sentences = existential sentences.

** A noção de modelo está intimamente ligada ao conceito de interpretação. Quando falamos de interpretação em ciência, falamos de interpretação em um possível modelo e das relações deste modelo com a realidade, no caso das ciências empíricas.

Quando estudamos um domínio do conhecimento e elaboramos uma teoria, não checamos esta teoria no domínio em si que constitui a realidade, mas de fato estamos considerando certos modelos que interpretam as propriedades, sejam eles explicitados ou não. Este artifício simplifica a tarefa do cientista e permite que se domine a realidade simplificando-a, esquematizando-a.

Interpretar em ciência significa sempre, direta ou indiretamente, interpretar uma linguagem em um modelo. Os modelos de qualquer teoria empírica podem ser reduzidos a modelos abstratos ainda que nem sempre simples e claros. Os objetos do modelo podem ser substituídos por conjuntos convenientes e as propriedades e relações constantes do modelo inicial, por conseguinte, convertem-se em propriedades e relações conjuntistas (cf. COSTA & CHUAQUI, p. 257).⁹

Esta noção de modelo utilizada pelas ciências se aproxima, de certo modo, da maneira como este termo é utilizado por uma lógica de predicados. En-

como um quantificador generalizado, ele deve denotar, ou se relacionar com um determinado conjunto ao qual teríamos acesso apenas com base no domínio corrente. Se o ambiente onde ocorre tal expressão não pode depender do modelo para sua interpretação, nenhuma expressão cuja interpretação dependa crucialmente do modelo pode ocorrer ali. Ou seja, se um SN está em um ambiente que impede referência a tal domínio, ele não pode receber este tipo de interpretação. Assim, estes SNs bloqueiam uma leitura relativa ao modelo, constituindo-se como SNs absolutos.

Para entendermos melhor, vamos ver como funciona a interpretação de um quantificador e como esta interpretação está intimamente relacionada com o modelo. Uma proposição pode ser categórica ou particular, i.e., pode referir-se a **todos** os membros da classe ou a **alguns** membros da classe. As palavras em negrito acima indicam a quantidade da proposição e são chamadas **quantificadores**. A quantidade de uma proposição é universal ou particular segundo a proposição se refira a todos os membros ou só a alguns dos membros da classe designada pelo seu termo sujeito. Uma proposição **distribui** um termo ao fazer esta referência.

Para decidir o valor de verdade de $\forall x (Px)$ é preciso constatar que o predicado P é verdadeiro de **todas** as entidades pre-

tender o significado de uma sentença é entender como deve ser o mundo para que esta sentença seja verdadeira. Este é o ponto de partida de uma semântica formal. Além disso, devemos saber como os termos da linguagem estão relacionados com o mundo. Se temos uma linguagem e decidimos como cada expressão desta linguagem se relaciona com o mundo, dizemos que temos uma interpretação desta linguagem que pode ser formal ou natural. Uma interpretação relaciona a linguagem ao mundo (ou a um mundo possível) dando as extensões das expressões da linguagem, ou seja, os objetos do mundo que são designados pelas expressões da linguagem. O termo modelo é frequentemente usado ao lado de interpretação. Se uma sentença é verdadeira numa certa interpretação, podemos dizer que a interpretação é um modelo da sentença (cf. ALLWOOD et alii, p.72).¹ Estas noções são utilizadas numa semântica de modelo teórico como a de MONTAGUE, por exemplo, e é nesta acepção que a palavra modelo é usada por REULAND.

sentences no universo de discurso (ou no modelo).

$$\forall x (Px) = V \text{ sse}$$

$$Pa = V$$

$$Pb = V$$

$$Pc = V$$

$$Pd = V$$

e assim por diante, até esgotar o conjunto das entidades do universo de discurso.

$\forall x F(x)$ "Everything is in a state of flux" says that all objects in the universe of discourse satisfy the open sentence $F(x)$. This is obvious. If there had been one object, say a , in the universe of discourse that did not satisfy the open sentence, then the statement "Everything is in a state of flux" would have been false. Hence, if $F(a)$ is a false sentence, it makes the quantified sentence $\forall x F(x)$ false, given that (a) is included in the range of x (i.e. that a belongs to the universe of discourse) (ALLWOOD et alii, p. 63).¹

Outra questão levantada diz respeito ao fato de a posição canônica de sujeito não ser preenchida por um argumento em muitas línguas. Vimos que os SNs que introduzem objetos novos no mundo do discurso devem ter uma interpretação absoluta. Por outro lado, um SN agindo como sujeito estrutural de uma oração deve ser quantificável. Assim, um SN que requer uma interpretação absoluta não pode ocorrer naquela posição. Se a posição do sujeito de uma oração é preenchida, a oração seria pelo menos em parte sobre o SN em questão. Portanto, se uma forma sentencial se pretende como a expressão canônica de uma estrutura existencial, a posição de sujeito estrutural não pode ser ocupada por um argumento. No máximo, um expletivo poderia ocupar o lugar de X na estrutura (85). O SN a ser introduzido deve ocorrer na úni-

ca posição onde um SN é permitido como argumento verbal, i.e., na posição interna a SV.

A respeito do assunto, GIVÓN observa:

Now, in terms of discourse presuppositionality, it is quite transparent that existential - presentative constructions, that is, those special types which on the average represent only 10% or less of the main clause subjects in English text, are the **least marked** of all sentence types. They are uttered in contexts, where the speaker does not presuppose anything about the hearer's familiarity with the referent, since he is then introducing it into discourse **for the first time**. Trivially, too, no great difficulty of identifying the referent is involved here, since the hearer does not expect to be familiar with the new, indefinite argument (GIVÓN, p. 66).¹²

A partir destes fatos, parece que podemos delimitar uma sentença existencial. Esta estrutura teria (85) como sua formalização canônica obedecendo aos requisitos das diferentes línguas principalmente no que diz respeito a X. Em português, X seria um sujeito nulo. O SN tem sua restrição fundamentada na função especial que estas sentenças desempenham na língua, ou seja, a de alterar o modelo de interpretação. Não podendo ser avaliada no modelo corrente, estas sentenças abrem espaço para um SN cuja única interpretação seja absoluta. O SN restrito é o elemento que está sendo introduzido no discurso e, portanto, não poderia ocupar a posição estrutural de sujeito já que se pressupõe que um SN nesta posição já esteja integrado no modelo e a oração versaria sobre ele.

Estas conclusões permitem-nos voltar aos exemplos com o verbo *existir*. Diríamos que suas ocorrências nem sempre preenchem a estrutura descrita em (85). Em sentenças do tipo (88 a) e (88 b), identificamos um sujeito que já faz parte do mundo discursivo.

- (88) a. Deus existe.
 b. A verdade existe.
 c. Existe um erro no texto.

É interessante notarmos que os SNs em (88) sofrem restrições diferentes. Em (88 a) e (88 b) o SN definido não pode ser substituído por um indefinido sem que se crie um contexto especial. Em (88 c) o indefinido é que precisa de um contexto especial para se tornar definido. Os SNs de (88 a) e (88 b) sofrem restrições contrárias ao SN de (88 c). Percebemos, também, que em (88 a) e (88 b) o verbo *existir* é essencial, ou seja, não pode ser substituído por *haver* ou *ter*, o que não acontece em (88 c). Diríamos também que as duas primeiras são sentenças que podem ser interpretadas no domínio conversacional corrente porque o modelo comporta as suas informações enquanto (88 c) preenche a estrutura (85) cujo SN deve permitir somente uma leitura absoluta.

Concluimos que em (88 a) e (88 b) *existir* é um predicado, apesar de termos consciência de que esta afirmação implica toda uma polêmica filosófica que discute se a existência é ou não é um predicado.* Parece não podermos afirmar o mesmo de (88 c). Se o *existir* de (88 c) não é um predicado, como também não é *haver* e *ter* quando figurantes desta estrutura, como deveríamos classificá-lo? Afastamos anteriormente a proposta de MILSARK de interpretá-lo como um quantificador. Resta-nos concluir que estes verbos ao integrarem a estrutura (85) constituem um tipo especial de expressão que tem uma função comunicativa especial:

* A este respeito, ver RUSSELL,³² MOORE,²⁵ STRAWSON,³⁸ SIMPSON.³⁶

alterar, atualizar e delimitar o universo de discurso. Não avaliamos, no momento, que complicações estas afirmações trazem para uma abordagem sintática. Estamos certos, no entanto, que estas conclusões nos permitem explicar melhor em que consiste uma SE.

3.4 - A ocorrência de SNs definidos X SNs indefinidos

GIVÓN^{1 2} assume que o sujeito de um tipo neutro de sentença é antes definido que indefinido. Esta assunção é motivada por levantamentos estatísticos no discurso humano: na linguagem humana o sujeito é, na maior parte das ocorrências, definido.

A distribuição estatística evidenciada pelas línguas corroboram fortemente a decisão de selecionar uma sentença do tipo neutro com sujeitos definidos como ponto de referência ou como o tipo "menos marcado" na sintaxe. A situação torna-se mais complicada, no entanto, quando se considera o estatuto de definição (definiteness) do objeto acusativo. Os dados mostram que os objetos diretos, em textos, são 50% indefinidos e 50% definidos. Portanto, uma decisão baseada na frequência destes elementos nos textos não é possível. No entanto, estes 50% constituem o "volume" de nomes indefinidos, i.e., de um total de 189 indefinidos nas posições de sujeito e objeto nos textos onde foram feitos os levantamentos, 156 ou 82% foram encontrados na posição de objeto direto. Isto permite que se conclua que a posição de objeto direto é, portanto, a posição privilegiada para introduzir argumentos referenciais novos no discurso (cf. GIVÓN, p. 52).^{1 2}

GIVÓN deixa em aberto a questão de se é ou não viável considerar

estes dados para eleger as sentenças com objetos acusativos indefinidos como o padrão neutro na sintaxe. Em termos de grau de pressuposicionalidade, no entanto, sentenças com acusativos indefinidos são obviamente menos marcadas, pelo menos em relação ao grau de identidade do referente que o falante pressupõe ser do alcance do ouvinte.

GIVÓN aponta como uma das características universais das SEs o fato de que em línguas cuja ordem normal é ter o sujeito como o primeiro elemento da sentença, a ordem característica das palavras das SEs nestas línguas é com o verbo na posição inicial. Isto viola a tendência mais universal de o sujeito-tópico aparecer no início.

A partir das considerações de GIVÓN, poderíamos dizer que o SN das construções em questão constitui um sujeito temático que ocupa a posição sintática de objeto direto porque esta seria a posição preferida para introduzir elementos novos no discurso. Estes elementos, por serem novos, são preferencialmente indefinidos.

A intuição de que a função especial que as SEs têm de atualizar o modelo corrente não é incompatível com a ocorrência de um SN definido como poder-se-ia esperar. A única diferença parece ser que enquanto os SNs definidos representam uma informação velha, mas supostamente perdida como afirma REULAND (p.8)³⁰ ou uma informação surpresa como denomina GIVÓN (p. 73).¹²

Já observamos anteriormente que uma SE com SN definido ocorre em um contexto bastante limitado. Este contexto constitui sempre uma retomada do discurso onde se aponta um elemento já presente ou não no modelo. No caso de ser um elemento já presente, ele foi ignorado, esquecido, não apreendido. Por isso,

neste ambiente, estas estruturas aparecem sempre como resposta ou correção de um discurso prévio. As SEs com SNs definidos também compartilham da força de alterar o domínio conversacional no sentido em que elas impõem uma nova direção discursiva a partir de um elemento que é reintroduzido no modelo. Nesta mesma situação podem ocorrer os nomes próprios, os possessivos e os demonstrativos.

HUANG (apud REULAND, p. 5)³⁰ observa que nas SEs do chinês, a presença de uma expressão predicativa na coda força o SN a ser indefinido. Isto nos leva a fazer algumas considerações em português.

Percebemos que o contexto que permite SNs definidos também permite a presença de quantificadores que aparecem em (72). Teríamos, neste caso, uma quebra da restrição de quantificação? Parece que não. Em

(89) Todos os pontos de vista considerados.

temos claramente um SN (pontos de vista) sobre o qual é efetuada uma predicação (considerados) e sobre este conjunto é feita uma delimitação ($\forall x$). Ao se encaixar, no entanto, esta expressão em uma estrutura existencial, ela entra como um bloco só, onde cada elemento que antes tinha uma função diferente passa a fazer parte de um todo único, indivisível, perdendo, assim, suas características anteriores.

(90) Há (todos os pontos de vista considerados).
SN

É importante fazermos um parênteses sobre o quantificador *todos*. Consideremos as seguintes sentenças:

(91) Todos os artigos desta loja custam 50 cruzados.

(92) Todo artigo desta loja custa 50 cruzados.

Aparentemente, (91) e (92) são sinônimas. Segundo BORGES NETO,³ esta sinonímia não é tão clara assim. A sentença (91) é ambígua, na medida em que podemos atribuir a ela duas interpretações.

(93) a. Todos os artigos desta loja custam 50 cruzados.

Assim, quem tiver 50 cruzados poderá levar **todos os artigos**.

b. Todos os artigos desta loja custam 50 cruzados.

Assim, quem tiver 50 cruzados poderá levar **qualquer artigo**.

Notamos que em (93 a) fala-se de todos os artigos coletivamente, enquanto em (93 b) fala-se de todos os artigos, mas de cada um separadamente. Assim podemos falar em **totalidade coletiva** para o caso de (93 a) e em **totalidade partitiva** para o caso de (93 b). Esta ambigüidade não é percebida em (92).

Consideremos a seguinte situação: uma pessoa é colocada diante de objetos que desconhece e lhe é dito que são cubos. Após alguma observação, a pessoa conclui:

(94) Todos os cubos têm seis faces.

Ao que um interlocutor afirma:

(95) Todo cubo tem seis faces.

Em uma segunda situação, uma pessoa é colocada diante de alguns cubos que coincidem quanto à cor. Após alguns minutos diz:

(96) Todos os cubos são amarelos.

e alguém replica:

(97) Todo cubo é amarelo.

Podemos dizer que a afirmação de (94) é contextual e é verdadeira. A afirmação de (95) extrapola o contexto e se aplica universalmente a todos os objetos que se denominam "cubo". Esta diferença semântica pode ser comprovada na segunda situação. A afirmação contextual de (96) é verdadeira enquanto a afirmação universal de (97) é falsa.

Note-se que a propriedade "ser amarelo", por não ser uma propriedade essencial aos cubos, não pode ser generalizada, ficando restrita ao contextual.

Podemos, então, afirmar que a forma "todo" é generalizadora atribuindo universalmente uma propriedade (atribui aos seres que quantifica), enquanto a forma "todos os", conquanto possa assumir um valor de generalização máxima, é mais contextual (BORGES NETO, p. 3).³

Por estas razões, podemos observar que a expressão *todos os* é um quantificador que tem um alcance diferente dos outros quantificadores sobre o conjunto em questão. No exemplo (89), diríamos que o SN total (todos os pontos de vista considerados) designa o subconjunto na sua inteireza (seja coletivamente, seja partitivamente). Não se trata de quantificação sobre **pontos de vista**, mas de quantificação sobre **pontos de vista considerados**. Além disso, trata-se da utilização **extensional** do resultado da quantificação. O SN é o nome do conjunto, é equivalente a um nome comum. Quando este SN "quantificado" integra a estrutura existencial, ele perde esta característica, como já observamos, ou seja, a noção de quantificação é absorvida pelo SN.

Quanto à sua ambigüidade, parece que ela se desfaz também neste contexto, permitindo apenas a leitura partitiva. A estranheza de (98) comprova esta afirmação.

(98) * Há todo ponto de vista considerado.

Retornando às observações que fizemos em relação a (89) e (90), REULAND comenta o mesmo fato em relação a (99 a) e (99 b).

(99) a. Há um carro na garagem.

b. Há o carro na garagem.

A expressão locativa mantém uma relação diferente com os SNs das duas estruturas. Em (99 a), a expressão *na garagem* é fundamental para a interpretação do SN *um carro*, funcionando como seu modificador. Em (99 b), ao contrário, a mesma expressão é parte integrante do SN. Portanto, enquanto (99 a) possui uma coda que se estrutura em SN + Y, em (99 b) a coda é um SN.

Diríamos que esta constatação de REULAND seria a que se aproxima mais da interpretação destas estruturas. Notamos, porém, que este fato parece se aplicar somente quando os elementos que ocorrem junto ao SN definido não foram mencionados num discurso prévio.

As SEs que ocorrem num contexto mais comum de construção do discurso sofrem um número maior de restrições. Neste ambiente, somente o SN pode ser marcado como foco já que, neste caso, ele sempre constituirá uma informação nova.

(100) a. Há UM CARRO na garagem.

b.(?)Há um carro NA GARAGEM.

No caso do contexto mais limitado, a informação introduzida po-

de ser nova (SN indefinido) ou dada (SN definido) mas perdida, não processada. Aí, tanto o SN pode ser marcado como foco da sentença como também o locativo.

(101) A: Não há nada que possa nos ajudar a chegar lá mais rápido!

B: Como não? Há O CARRO na garagem.

(102) A: Há um carro na rua.

B: Não. Há um carro NA GARAGEM.

Ao marcarmos o locativo como foco, o domínio conversacional é alterado na medida que introduzimos um elemento já dado no discurso em um lugar novo. O lugar, portanto, passa a ser o foco da alteração, a novidade, a surpresa. É sintomático que, em inglês, somente neste caso tenhamos uma sentença do tipo que ocorre em (103) onde o *there* retoma seu valor locativo e a sentença se aproxima mais de uma sentença locativa do que existencial.

(103) A: There isn't anyone at the door.

B: You are mistaken. There is **the dog** at the door.

There it is.

GIVÓN observa ainda que o SN das SEs não pode ser topicalizado pois esta construção é limitada a constituintes definidos ou genéricos. Em vez de constituintes definidos, diríamos que o fenômeno se limita a constituintes dados, já apresentados no mundo do discurso pois os SNs definidos das SEs não deixam de representar uma informação nova na medida em que ela não havia sido processada ou na medida em que ela é recolocada espacialmente.

NEGRI²⁶ aborda o artigo definido não como uma marca de referên-

cia e nem de unicidade de referência, mas como um elemento dêitico cuja função específica se constrói no interior do compromisso pragmático entre os interlocutores do discurso.

O artigo definido, para nós, segundo esse ponto de vista, remete a um compromisso pragmático que tende à identificação de um referente através de um vínculo dos interlocutores com a enunciação. (NEGRI, p. 127).²⁶

Quanto aos constituintes genéricos, como já vimos na análise de MILSARK, são descartados das SEs. Por estes motivos, a construção de tópico não ocorre, já que o tópico constitui sempre um elemento dado, uma informação velha que é de domínio de todos.

- (104) a. * Um carro, há na garagem.
 b. * O carro, há na garagem.

É interessante voltarmos a exemplos apresentados por Eunice PONTES que certamente seriam colocados como exemplos de topicalização de uma SE.

- (105) a. Ardósia só tem preta.
 b. Essa empada não tinha antes aqui, tinha?
 c. Homens, haviam-nos aos montes.

Diríamos que (105 a) e (105 b) se aproximam muito mais de uma estrutura de posse do que de uma existencial propriamente dita e a topicalização de seus elementos está fortemente ligada a outras marcas como a partícula *só*, a forma verbal, etc. Quanto a (105 c), sabemos que esta sentença *só* seria encontrada em um registro bastante formal. É difícil explicar que (105 c) seria uma construção com base na topicalização de (106) por causa

da concordância verbal ausente nesta e presente naquela.

(106) Havia homens aos montes.

O que justificaria a concordância verbal presente em (105 c) se sabemos que o verbo *haver* não desencadeia tal concordância quando integra uma SE? Eunice PONTES coloca (105 c) como um exemplo de deslocamento à esquerda. É surpreendente o fato de o SN, ao ser deslocado para a esquerda do verbo, desencadear uma concordância que antes não existia. Isto nos permite duvidar de que (105 c) seja proveniente de (106). Por outro lado, há exemplos nos moldes de (105 c) onde este fato não ocorre.

(107) Os desvios lamentavelmente sempre os há, são crônicos na educação brasileira. (*Manchete*, nº 1884, maio de 1988, p. 95).

O caráter idiossincrático de construções como (105 c) e (107) dificultam qualquer conclusão sobre o assunto e por serem próprias de um registro muito formal, não podemos utilizar nossa intuição como parâmetro. As construções topicalizadas com o verbo *haver* seguem sempre o mesmo modelo: temos o tópico e um pronome oblíquo que é tradicionalmente analisado como objeto direto pleonástico. Este é um outro dado que merece uma investigação maior. Por que este pronome só é possível com algumas formas do verbo *haver*?

(108)a.^{*}Homens, havia-os aos montes.

b.^{*}Homens, há-os aos montes.

Outro detalhe importante que deve ser considerado é que este pronome, dito pleonástico, não se relaciona do mesmo modo com o tópico se este for feminino.

- (109) a. *Mulheres, haviam-nas aos montes.
 b. *Dificuldades, lamentavelmente sempre as há.

Esta observação vale também para as construções onde este pronome "pleonástico" aparece com o verbo *ser*.

- (110) a. Homem, eu o sou com muito orgulho.
 b. *Mulher, eu a sou com muito orgulho.

A ocorrência de SNs definidos e indefinidos nas SEs não tem nenhuma motivação sintática como pretenderam algumas análises. Também nestas estruturas ocorrem livremente os quantificadores que permitem uma leitura absoluta nos diferentes contextos ou que perdem sua característica de quantificador integrando o SN. Todas as restrições enumeradas são motivadas por considerações comunicativas, pragmáticas decorrentes da função especial desempenhada pelas SEs. Esta função explica, também, a distribuição restrita destas construções na gramática como também a distribuição dos itens lexicais dentro delas.

3.5 - Sentenças Existenciais: Uma forma de existir no espaço

GIVÓN¹² apresenta uma investigação preliminar de como a linguagem humana evidencia a maneira do homem construir seu universo. Ela se fundamenta em parâmetros de nossa projeção cognitiva do universo de indivíduos (nomes) e de ações-eventos (verbos).

A linguagem humana apresenta muitos fatos que sugerem que os traços semânticos pelos quais nós classificamos o universo-nome são dispostos de tal forma que conduzem a uma escala impli-

cacional. GIVÓN procura ater-se ao ponto mais alto da escala onde estão os traços mais genéricos de "concreto", "temporal" e "abstrato". Argumenta que os três correspondem, respectivamente, a **existir no espaço**, **existir no tempo** e **existir**. A relação implicacional entre estes três elementos seria:

(111) Existir no espaço > existir no tempo > existir.

What the implicational hierarchy means is that what exists in space must perforce also exist in time, but not vice versa. What exist in time must also perforce exist, but no vice versa. A **chair** is an example of exist in space. An "action", "event", or "period of time" have no spatial existence but only temporal. Finally, the most abstract notions in our nominal vocabulary, such as **idea**, **love**, **freedom**, etc., have neither spatial nor temporal existence (GIVÓN, p. 314).¹²

Os três traços classificatórios mantêm uma relação de inclusão. Pode-se dizer que o temporal tem todas as propriedades do abstrato e mais algumas outras propriedades (aqui, existir no tempo) que o abstrato não tem. Similarmente, o concreto tem todas as propriedades do temporal (existir no tempo) além de outras propriedades (existir no espaço) que o temporal não tem.

Há muitos fatores na linguagem que sugerem que tal relação de inclusão realmente existe. Um deles é o fenômeno das restrições seletivas. Há um número de predicados atemporais e não espaciais que pode qualificar qualquer entidade nominal.

(112) Esta cadeira /evento/idéia é diferente (das outras).

Também construções sintáticas que tratam de identificação ou existência podem ser usadas com os três tipos de nomes.

(113) Há um homem/evento/uma idéia que é importante aqui.

Finalmente, as três classes de entidades podem ser objeto de conhecimento, de "pensar sobre", de "falar de".

(114) Pense sobre este homem/evento/idéia.

Há um número de predicados temporais (*acontecer, ocorrer, ter lugar*) específicos para nomes temporais. Não podem predicar nomes concretos nem abstratos. Por outro lado, há predicados como *estar atrás de, aparecer em cena, etc.*, que podem ser verdadeiros apenas para nomes concretos e não para nomes temporais ou abstratos.

Um segundo conjunto de fatores referente à relação hierárquica implicacional dos conceitos de espaço, tempo e ser envolve a mudança diacrônica. Os conceitos espaciais se desenvolvem em conceitos temporais e não vice-versa e os temporais em expressões de existência, de identidade e não vice-versa. Isto torna-se óbvio com a história dos verbos *ser* em qualquer grupo lingüístico.

What one finds is that they usually enter the paradigm as concrete, *be in space* verbs such as *sit, stand, stay, lie, sleep*. Thus the "younger" Spanish copula *estar* (rel. to *stay, stand*) is still spatial and temporal, while the older copula *ser* is already atemporal, and is used for expression of timeless properties (*be tall, be a man*) or identity (*be this one*). But *ser* is also etymologically of a *locative* origin, as is the Germanic *be* (GIVÓN, p. 316).¹²

GIVÓN denomina este processo de "branqueamento" semântico (*semantic bleaching*) o qual, na mudança diacrônica, não se restringe somente a estes três traços hierárquicos mas a qualquer parte do sistema que tem uma estrutura hierárquica em termos de grau de generalidade dos traços. É o traço semântico mais

genérico que sobrevive mais tempo.

Este processo em direção ao menos concreto pode ser visto na história das expressões dêiticas espaciais, origem das expressões dêiticas do discurso temporal mas nunca vice-versa. A origem mais comum dos artigos definidos nas línguas está no "branqueamento" do demonstrativo dêítico espacial (em português, o artigo definido se origina no demonstrativo latino *illu, illa*; o *the* do inglês é fruto do *this, that*, etc.).

O mesmo processo pode ser observado na história dos artigos indefinidos que entram no paradigma como o concreto e referencial numeral *um* o qual evolui, a pequenos passos, em direção à marca mais abstrata de indefinido.

A posição de GIVÓN nos permite ver claramente por que os nomes genéricos ou universais, como usou MILSARK, são excluídos das SEs. Partindo do princípio de que estas estruturas são essencialmente locativas (lembremos a observação de LYONS: locativa, aqui, deve incluir tanto referências espaciais como temporais), é perfeitamente explicável a exclusão de termos genéricos como *Deus, liberdade, verdade*, etc., os quais não têm existência temporal nem espacial. Ao utilizarmos estes termos em uma SE, temos que obrigatoriamente localizá-los no espaço ou no tempo fazendo com que eles percam, assim, o caráter universal.

(115) a. * Há liberdade.

b. Há liberdade no Brasil de hoje.

Outro assunto que nos preocupou durante este trabalho diz respeito ao uso diferenciado do verbo *existir*. Em momento algum quisemos assumir uma postura lexicalista e dizer da existência de dois verbos *existir* em português. No entanto, também não pu-

demos afirmar que este verbo, em todas as suas ocorrências, compartilha de todas as características das SEs.

Se assumirmos a posição de GIVÓN como verdadeira, podemos dizer que, diferente dos verbos *ter* e *haver*, o verbo *existir* já passou por todos os níveis hierárquicos ou por todo o processo de "branqueamento" semântico podendo representar a existência absoluta, a existência como ser, se despreendendo, assim, dos níveis espacial e temporal e podendo comunicar a existência do genérico, do universal.

(116) a. Deus é. / Deus existe.

b. Penso, logo sou. / Penso, logo existo.

Temos dúvida, no entanto, se nestes casos a estrutura permanece com a força de alterar o modelo corrente. Parece que não. Pressupõe-se que o constituinte focalizado é integrante do modelo de interpretação não constituindo, assim, a introdução de uma nova informação. Isto explica a possibilidade que estes constituintes têm de ocupar a posição canônica de sujeito. Diríamos que sobre um dado constituinte, previsível no modelo, é feita uma predicação de existência. Não vamos entrar no mérito da polêmica filosófica que cerca essa asserção.

Se, por um lado, as sentenças que predicam a existência absoluta se despreendem dos traços concretos, das noções espaciais e temporais, as SEs que definimos como sendo sentenças que têm a função de alterar o modelo de interpretação, se encaixam, essencialmente, no nível concreto de **existir no espaço**, principalmente. Dizemos principalmente por causa da observação de LYONS que coloca o locativo como elemento que engloba tanto a referência espacial como temporal. Desta forma conseguimos jus-

tificar a obrigatoriedade de uma expressão locativa ou, ainda, o fato de um elemento locativo ter se integrado à estrutura existencial de tantas línguas. Vimos que a asserção de existência absoluta, diferente das SEs, se caracterizam principalmente pelo fato de ter um SN que não é e não pode ser localizado. Provavelmente, a necessidade do locativo nas SEs se deve à necessidade de se precisar melhor o elemento novo que está sendo introduzido, localizando-o no contexto ou à necessidade de estabelecer concretamente e com exatidão que parte do domínio conversacional deve ser alterado já que é esta a função de tais sentenças.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nos deixou a certeza de que o assunto nele tratado ainda é um campo muito fértil para análises lingüísticas futuras, principalmente em português. Mexer com ele é mexer com estruturas muito complexas, o que talvez justifique a falta de um número maior de estudos a respeito. Como nossa análise se restringiu à relação do verbo com o SN que o sucede nas SEs, deixamos uma série de outras questões em aberto que poderão servir de ponto de partida para outros trabalhos.

Partimos de algumas propostas que se desenvolvem principalmente em uma linha sintático-semântica, a maioria delas dentro do quadro da Gramática Gerativa das diferentes épocas. A princípio, nossa intenção era desenvolver um estudo nesta mesma linha, utilizando os princípios da teoria propostos nos anos 80, numa tentativa de ver a que resultados eles nos levariam quando aplicados a estas estruturas do português. Aos poucos, no entanto, fomos duvidando de que os fatores que restringiam os SNs das SEs eram fatores sintáticos. Com a análise de REULAND, um novo caminho se abriu a nossa frente.

A partir da constatação de que as SEs desempenham uma função especial na língua, a de alterar ou atualizar o domínio conversacional corrente, conseguimos explicar as restrições que nos interessavam mais de perto. Pudemos mostrar claramente que a ocorrência destas estruturas com SNs definidos é lícita desde

que o contexto a oportunize. Da mesma forma, os quantificadores podem ocorrer livremente desde que conduzam a uma leitura unicamente absoluta e não relativa ao modelo. Neste sentido, não vamos ter SNs quantificados nas SEs. Estes fatos nos permitem concluir que as restrições em questão não se tratavam de restrições sintático-semânticas mas de restrições semântico-pragmáticas.

Apoiados por GIVÓN, pudemos fazer algumas considerações sobre a ausência de um sujeito temático ocupando a posição sintática de sujeito nestas estruturas em muitas línguas. A impossibilidade de topicalização decorre do mesmo fato, ou seja, o SN é sempre uma informação nova e por isso ele ocupa a posição mais apropriada de se introduzir elementos novos no mundo do discurso (a posição de objeto direto) enquanto o tópico é sempre uma informação dada.

A teoria de GIVÓN sobre a maneira como as línguas evidenciam a forma do homem organizar o universo nos permitiu identificar as SE como uma forma de **existir no espaço** o que salienta o caráter dêitico destas estruturas. Ao contrário dos outros verbos que ocorrem nas SEs, o verbo *existir* poderia ser apontado como o verbo que já se despreendeu dos traços mais concretos, configurando, assim, o único verbo que poderia postular a existência do genérico, do universal já que elementos assim não têm existência temporal nem espacial.

KAHN¹⁵ observa a importância das associações locativas do *einai* do grego para uma compreensão do uso existencial do verbo. Argumenta que não se pode discordar da relação íntima entre as idéias de existência e localidade no pensamento filosófico grego. Já nos tempos pré-socráticos tinha-se como de-

finitivo o axioma que postulava que "whatever is, is somewhere; what is nowhere is nothing" (KAHN, p. 258).¹⁵ A linguagem parece apresentar evidências que corroboram esta visão.

Permitimo-nos, agora, algumas especulações. A afirmação de LYONS de que o locativo pode ser tanto espacial como temporal nos alertou para a possibilidade de SEs temporais já que todos os exemplos que analisamos são do tipo espacial. Ao pensar nesta possibilidade, surgiu o exemplo (117).

(117) Há dois anos que eu não durmo direito.

Esta sentença se aproxima de alguma maneira das SEs que abordamos. Novamente, apresenta-se diante de nós a dificuldade de estabelecer a função sintática de seus constituintes. A expressão que ocorre junto ao verbo, agora, é a própria expressão de tempo. O *haver*, no entanto, se distribui com os outros verbos de maneira um pouco diferente.

- (118) a. Tem dois anos que eu não durmo direito.
 b. Faz dois anos que eu não durmo direito.
 c. *Existem dois anos que eu não durmo direito.

Percebemos que o verbo *fazer* entra no paradigma enquanto o *existir* é excluído. Prosseguindo neste esclarecimento, (119) nos conduz a outras considerações.

- (119) a. Há mais duas semanas de aula.
 b. Tem mais duas semanas de aula.
 c. *Faz mais duas semanas de aula.
 d. *Existem mais duas semanas de aula.

Agora, o verbo *fazer* também foi excluído e uma estrutura como

(119) exige a presença de elementos como *mais*, *ainda*, etc. Estes exemplos abrem um novo leque de questões e nossa análise parece ficar aquém de uma explicação. Provavelmente, ao elegermos as estruturas em (16) como o protótipo das SEs em português, impusemo-nos um caminho que nos distanciou de tais exemplos os quais permanecem como desafio para novas análises. A impressão que fica é que os verbos *ter* e *haver* englobam referências temporais e espaciais. O verbo *existir* não figura na referência temporal tendo alcançado o nível mais abstrato. Intuitivamente, diríamos que *ter*, a princípio, invade a esfera espacial recorrendo, depois, a esfera temporal, seguindo os passos de *haver* e, conseqüentemente, substituindo-o no uso. O *existir* persiste tanto no registro formal como no registro popular por ter alcançado o nível abstrato e, neste sentido, permanece insubstituível, ainda.

Como dissemos, estas afirmações configuram uma especulação com base em pura intuição. Seriam conclusões lógicas se a língua fosse lógica. Estes últimos exemplos, que nos tiraram a sensação do trabalho acabado, ficam como desafios para novas pesquisas. Acreditamos que maiores aprofundamentos sobre o funcionamento destas estruturas nos levarão a um entendimento maior de certas peculiaridades da língua que permanecem sem explicação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALLWOOD, Jens; ANDERSSON, Lars-Gunnar; DAHL, Östen. Logic in Linguistics. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
2. BECHARA, Eli N. Os Dois Verbos Existir do Português. Campinas, 1986. Dissertação, Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
3. BORGES NETO, José. Todo x Todos os. Campinas, 1977. Mimeografado.
4. BUENO, F. S. A Formação Histórica da Língua Portuguesa. São Paulo, Saraiva, 1967.
5. BURZIO, Luigi. Italian Syntax. Dordrecht, D. Reidel Publ., 1986.
6. CARNEIRO RODRIGUES, E. Serões Gramaticais. Salvador, Progresso Editora, 1955.
7. CHRISTIE, J. Locative, Possessive and Existential in Swahili. Foundations of Language, 6:166-78, 1970.
8. COPI, Irving M. Introdução à Lógica. São Paulo, Mestre Jou, 1968.
9. COSTA, Newton C.A. & CHUAQUI, Rolando. Interpretações e Modelos em Ciência. Boletim da Sociedade Paranaense de Matemática. 2ª ser. 8:257-75, 1987.
10. CUNHA, Celso F. Gramática da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1979.
11. DUCROT, Oswald. Provar e Dizer. São Paulo, Ed. Parma, 1981.
12. GIVÓN, Talmy. On Understanding Grammar. Los Angeles, Academic Press, 1979.
13. GUÉRON, Jacqueline. On the Syntax and Semantics of PP Extraposition. Linguistic Inquiry, 11(4):637-78, 1980.
14. _____. Le Verbe Avoir. Recherches Linguistique de Vincennes, 14/15:155-88, 1986.
15. KAHN, C. The Greek Verb To Be and the Concept of Being. Foundations of Language, 2:245-66, 1966.

16. KIMBALL, J. The Grammar of Existence. In: CHICAGO LINGUISTIC SOCIETY. Regional Meeting, 9. Chicago, 1973. Papers. C. Corum, T. Smith-Stark and A. Weiser Ed. Chicago, 1973. p. 262-70.
17. KUNO, S. The Position of Locatives in Existential Sentences. Linguistic Inquiry, 2:333-78, 1971.
18. LOBATO, Lúcia M. P. Sintaxe Gerativa do Português; da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação. Rio de Janeiro, Viçgília, 1986.
19. LYONS, John. A Note on Possessive, Existential and Locative Sentences. Foundations of Language, 3:390-6, 1967.
20. _____. Introdução à Linguística Teórica. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
21. MALING, J. Variations on a Theme: Existential Sentences in Swedish and Icelandic. Massachusetts, Brandeis University, 1987.
22. MATEUS, M. H. Mira et alii. Gramática da Língua Portuguesa. Coimbra, Almedina, 1983.
23. MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Ter e Haver: Seu Uso no Português Trecentista. Comunicação à 38ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Curitiba, 1986.
24. MILSARK, G.L. Toward an Explanation of Certain Peculiarities of the Existential Construction in English. Linguistic Analysis, 3:1-29, 1977.
25. MOORE, George Edward. A Existência é um Predicado? In: _____. Escritos Filosóficos. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p. 103-13.
26. NEGRI, Ligia. A Natureza Dêitica do Artigo Definido. Campinas, 1986. Dissertação, Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
27. PEREIRA, E. C. Gramática Expositiva. São Paulo, Duprat, 1909.
28. PONTES, Eunice S. L. Sobre o Conceito de Sujeito. Belo Horizonte, 1984. Tese, Professor Titular, Universidade Federal de Minas Gerais.
29. PUTNAM, H. Lógica. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988. V. 13, p. 11-71.
30. REULAND, Eric. On the Syntax and Semantics of Existential Sentences. Groningem Papers in Theoretical and Applied Linguistics, 6:1-20, 1987.
31. ROCHA LIMA, C. H. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972.

32. RUSSELL, Bertrand. Proposições Gerais e Existência. In: Lógica e Conhecimento. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p. 93-104.
33. SAID ALI, M. Gramática Secundária da Língua Portuguesa. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
34. SAMPAIO, Maria L. Estudo Diacrônico dos Verbos TER e HAVER, duas Formas em Concorrência. Assis, Tip. Nigro, 1978.
35. SILVA DIAS, A.E. Syntaxe Histórica Portuguesa. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1959.
36. SIMPSON, Thomas M. Linguagem, Realidade e Significado. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
37. STOWELL, T. What Was There Before There Was There. In: CHICAGO LINGUISTIC SOCIETY. Regional Meeting, 14, Chicago, 1978. Papers. D. Farkas ed. Chicago, 1978. p. 458-71.
38. STRAWSON, P. F. Introducción a una Teoría de la Lógica. Buenos Aires, Nova, 1963.
39. VENDLER, Z. Linguistics in Philosophy. New York, Cornell University Press, 1967.
40. WILLIAMS, E. There - Insertion. Linguistic Inquiry, 15 (1): 131-53, 1984.